

3. Capítulo 3

No primeiro capítulo averiguou-se como, na fase inicial da Primeira República, a idéia de nação brasileira dialogava com a problematização dos conceitos de identidade e caráter, autodeterminação e autoconsciência, sendo o contraponto a questão da herança cultural. Se os brasileiros não compartilhavam o sentimento de pertencimento nacional, seja porque o sistema político não agregava todas as camadas da população, ou a heterogeneidade étnica “comprometia” o progresso do país, ou ainda porque a supremacia política e financeira das oligarquias cafeeiras, baseada em um sistema mercantil de aspecto semifeudal, anulava a possibilidade de emancipação social e política da população, tal carência de sentimento constituía um problema de fundo.

Sendo assim, movimento como o dos jacobinos, de feição nacionalista, militarista e xenófoba, ganhou relevo e expressão na medida em que reverberou as carências de toda uma gama de insatisfeitos e excluídos sociais, arrebatando principalmente elementos das camadas médias urbanas e das Forças Armadas. Porém, o radicalismo antioligárquico não anulou a dependência econômica e ideológica destes grupos para com as classes tradicionais. Como afirma Paulo Sergio Pinheiro:

as manifestações políticas tradicionalmente imputadas às classes médias (a rebelião contra a vacina em 1904, a campanha civilista em 1909, a luta contra a carestia, as rebeliões tenentistas nos anos 1920 e a revolução de 1930) aparentemente podem parecer ter um caráter autônomo porque divergiam ou se opunham à configuração do poder dominante. Entretanto, o afrontamento ao nível político não é suficiente para fundamentar a existência de um antagonismo efetivo ao nível dos interesses econômicos objetivos ou do quadro ideológico das classes médias.¹⁴⁷

Neste sentido, se os antagonismos não justificavam ou impulsionavam mudanças estruturais na hierarquia social, tal situação não impedia que a insatisfação generalizada angariasse simpatizantes de todas as camadas sociais em torno de um bode expiatório comum. O discurso lusófobo, alardeando a defesa dos interesses nacionais, propagava a nacionalização de todos os segmentos da economia urbana na capital da República e a modernização do país pela negação

¹⁴⁷ *Idem, ibidem.*

da herança cultural. É possível então afirmar que essa vertente do nacionalismo, supostamente em prol da “massa popular” urbana, impedida de competir em igualdade com os portugueses (ou porque eles eram mais qualificados tecnicamente, ou beneficiados por seus pares, ou ambas as coisas), atuou como discurso político, não apenas no governo de Floriano Peixoto, mas também no de seus sucessores.

Quando, em junho de 1909, surge a proposta de uma aliança econômica e cultural entre o Brasil e Portugal, nações consideradas “irmãs” pela língua e as tradições comuns, o que será abordado ainda, os ânimos se alteram. Afinal, optar unicamente pelo discurso de ameaça à soberania nacional, assombrada pelo fantasma do retorno monarquista e da recolonização, era um exercício de menor complexidade do que refletir sobre os interesses em jogo de ambas as partes, com imparcialidade. E será este o objetivo do capítulo que se inicia: avaliar como as relações luso-brasileiras no âmbito cultural e também no econômico exacerbaram, nos anos de 1900 e na década de 1910, os ímpetus de um nacionalismo radical e lusóphobo, e, subliminarmente, trouxeram à pauta a problematização da questão nacional e da modernização. Será neste momento peculiar da cena brasileira, que a intervenção de Paulo Barreto como repórter desnudará as tintas ideológicas em conflito.

3.1.

Portugal d’agora, símbolo do “intercâmbio de espírito” iniciado por João do Rio

Foi em 1908 que Paulo Barreto fez sua primeira viagem à Europa.¹⁴⁸ Distintamente dos homens de letras de seu tempo, ele decide entrar no continente por Lisboa, ao invés de Paris. Para o repórter moderno e cosmopolita que era, ora dândi, ora *flâneur*, tomar Portugal como porta de entrada da Europa transforma a

¹⁴⁸ Nesse mesmo ano o Brasil ia celebrar o centenário da lei de abertura dos portos e surgia a idéia, a princípio de Portugal, de uma visita oficial do rei D. Carlos, neto de D. João VI, ao Rio de Janeiro. O objetivo era não somente comemorar o fato histórico, mas também galgar vantagens políticas e econômicas com a viagem. Naquele momento o Brasil, com Rio Branco no Itamarati, e a colônia portuguesa preparavam uma grande recepção para o rei, aproveitando a recente retomada da ilha de Trindade da Inglaterra para o Brasil, conseguida com a intervenção de Portugal. O assassinato do rei e de seu filho em Lisboa frustrou a viagem. In: SIMÕES, Nuno. *Atualidade e permanência do luso-brasilismo*. Conferências e discursos (1945-1955). Lisboa: Edição do autor, 1960, p. 29.

viagem àquele país bem mais do que uma simples curiosidade de profissional das letras. Será após esta viagem (e a que fez um ano depois) que, com a pena de seu mais famoso pseudônimo, escreverá *Portugal d'agora*,¹⁴⁹ livro de reportagens que marca o início da rica e intensa relação pessoal e intelectual que manterá com Portugal e com alguns homens de letras daquele país.¹⁵⁰

Publicado em forma de crônica nos jornais *A Notícia* (em 03/04/1909), na *Gazeta de Notícias* (nos meses de janeiro, abril, maio, junho, julho, agosto e dezembro de 1909, somando 22 crônicas) e em *A Ilustração Brasileira* (em 01/11/1909), o livro reúne 23 das 27 reportagens do jornalista sobre o contexto social, político, econômico e cultural de Lisboa após a proclamação da República portuguesa, em 1910. Internamente, subdivide o livro em quatro partes: “No mar”, “Em Lisboa”, “No Porto” e “De volta, no oceano”. Dessa forma, organiza linearmente o roteiro do peregrino, deixando de fora dele as outras capitais visitadas na primeira viagem à Europa: Londres e Paris. O prefácio, intitulado “Este livro”, justifica a obra: “uma reunião de crônicas ligeiras de observação breve escritas com uma grande ternura pelo país que lhes foi assunto e com um grande desejo de mais ligar dois povos que devem seguir juntos para o progresso”.

151

Nesta introdução, João do Rio classifica *Portugal d'agora* como uma obra de aproximação urgente e acrescenta que o estreitamento de laços entre os dois povos – unidos, segundo ele, pela mesma raça e pela mesma língua – deveria dar-se pela troca de idéias, o que impulsionaria o fortalecimento de ambos, tanto política como economicamente. Um primeiro contato com *Portugal d'agora* forneceu as pistas sobre o tom desse discurso, pautado no diálogo, na parceria, no ‘intercâmbio mental’, no combate ao desconhecimento mútuo. Diz ele: “E o intercâmbio mental? Precisamos fazer o que se chama o intercâmbio do espírito. É

¹⁴⁹ Publicado em 1911 pela editora Garnier, reúne diversas reportagens feitas durante sua primeira viagem a Portugal, em 1908. O livro seria publicado em 1910, mas naquele ano foi proclamada a República portuguesa. É quando o jornalista vai pela segunda vez a Portugal e presencia uma realidade totalmente diferente no país, daí a decisão de lançar *Portugal d'agora* em 1911, com novas observações, principalmente sobre Lisboa. O livro, raro e esgotado, foi encontrado no Real Gabinete Português de Leitura e na Fundação Casa de Rui Barbosa.

¹⁵⁰ Data de 29/01/1904 a primeira reportagem de João do Rio sobre tema relativo a “Portugal” e “portugueses”. Intitulada “Colônia portuguesa”, trata-se de uma entrevista dele com o então ministro de Portugal no Brasil, Camilo Lampreia.

¹⁵¹ RIO, João do. *Portugal d'agora*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911, p. XV.

impossível a completa aproximação dos dois países sem que os espíritos se entrelacem e estreitem”. E completa:

os brasileiros têm uma idéia muito vaga e um pouco irônica do que é a beleza de Portugal e do que são a sua sociedade, a sua arte, a sua cultura. Em compensação, os homens de letras portugueses e os homens de governo e os jornalistas, tinham do Brasil uma idéia nublada, nebulosa, vaga e fantástica de um país, onde ao pé de uma árvore de ouro, havia enganadoramente amarela a febre atroz, que mata em poucas horas. Os portugueses que voltam pouco próprios são para dizer com verdade o que é o Brasil.¹⁵²

A intenção de combater o desconhecimento mútuo, de aproximar os dois povos ligados, ou melhor, amalgamados por laços afetivos e culturais, traduz um efetivo esforço de aproximação luso-brasileira, consubstanciado nas primeiras décadas do século XX por parte expressiva da intelectualidade nacional e portuguesa, do qual participou João do Rio. De fato, afirma a historiadora Gladys Ribeiro, “constantemente Paulo Barreto, tido por lusófilo, vinha a público denunciar a perseguição ao português e defender os imigrantes, especificamente os lusos, considerando-os fator importante para a construção da verdadeira nacionalidade”.¹⁵³

Fazendo-se de emissário do congraçamento entre brasileiros e portugueses, João do Rio propõe o estreitamento de laços como estratégia de conservação da herança portuguesa no Brasil. Suas palavras em *Portugal d’agora* falam de comunhão, de esperança no futuro das duas pátrias, de abraço espiritual pela aproximação entre literatos, questões que só voltariam a aparecer com o movimento modernista (ainda que mais de parte da intelectualidade portuguesa do que da brasileira).¹⁵⁴ Vejamos o diálogo dele com o escritor português Abel Botelho, transcrito no livro:

¹⁵² *Idem, ibidem*, pp. 244-5.

¹⁵³ RIBEIRO, Gladys Sabina. “Antes sem pão do que sem pátria: o anti-portuguesismo nos anos da década de 1920”. In: *Brasil e Portugal: 500 anos de enlases e desenlases. Convergência Lusíada*, nº 18, 2001, p. 149.

¹⁵⁴ Conforme observa Heloísa Paulo no ensaio “Os tempos das trocas: os caminhos comuns de Portugal e Brasil (1922-1960)”, em que analisa as comemorações pelo centenário da Independência, em 1922, no Rio, aquele momento de aproximação caracterizou-se pela retomada de um mito, mais essencial para a identidade portuguesa do que para a brasileira. Segundo a autora, enquanto ao Brasil importava o rompimento dos laços com a metrópole e a afirmação da nacionalidade, para os portugueses o Brasil era o “filho dileto”, “a memória viva de um passado glorioso que merece ser exaltado”. In: LESSA, Carlos. *Op. cit.*, p. 278-299.

Meu querido amigo. Assim como as diferentes religiões mandam por toda a parte, num santo apostolado os seus missionários, também a arte precisa ter os seus missionários especiais, evangelizando com fervor o domínio da Beleza e do Amor sobre a terra. De outros países para o Brasil faz-se esse movimento. Ora, pergunto eu, por que não há de Portugal entrar no movimento? Porque também não ir daqui, um emissário nosso tomar parte no grande ábaco espiritual através do oceano, para falar de nós e de vocês, falando da nossa radiosa comunhão de esperanças no futuro? Sim, porque? Há coisas graves que parecem imensamente fúteis. Esta é uma delas. Da fusão literária viria lentamente no povo brasileiro a obrigação de conservar a herança de Portugal. O momento é mais para que o movimento de apelo venha do Ancestral.¹⁵⁵

Assim, ao defender a fusão literária como estratégia para instilar no povo brasileiro a “obrigação de conservar a herança de Portugal”, se por um lado João do Rio irritava os nacionalistas lusófonos,¹⁵⁶ por outro, de certa forma, desestabilizava as fronteiras entre “civilização” e “periferia”, aproximando o “centro” dos trópicos pelo viés da harmonia e da semelhança, fruto da miscigenação étnica e cultural (ainda que Portugal fosse também uma periferia, se comparado a países como França e Inglaterra). Por esse viés realizava, pelo discurso, uma espécie singular de “repatriamento, cruzando fronteiras”,¹⁵⁷ pois é pela escrita em forma de crônica ligeira e despretensiosa, de relato do que via e sentia ao deambular por Lisboa, que tenta reconciliar o Brasil com a herança portuguesa. Diz ele: “Esta Lisboa é linda, realmente linda. Cada dia descubro encantos novos. O trecho da cidade tem o aspecto de algumas ruas desaparecidas do velho Rio. Os brasileiros saltam sem admiração”.¹⁵⁸ Esse exercício de espelhamento crítico vem imbuído de amor pelo próprio país e da convicção, ao que parece não compartilhada, de que a pátria deveria sem receios reconciliar-se com as suas origens.

Veja-se o que revela na introdução de *Portugal d’agora*, em tom de esclarecimento: “Assim achei que ao público devia dar este livro, feito de impressões ligeiras. É o único livro de um brasileiro sobre Portugal, e de um brasileiro que, certo do futuro da sua pátria, ama fervorosamente Portugal”.¹⁵⁹ Declarar abertamente o amor a Portugal em momento de calorosas manifestações

¹⁵⁵ RIO, João do. *Op. cit.*, pp. 109-110.

¹⁵⁶ Veremos que o mais implacável deles será o jornalista Antonio Torres. A perseguição política a João do Rio será ainda analisada.

¹⁵⁷ BOUÇAS, Edmundo. “João do Rio: descobrir Portugal/redescobrir o Brasil”. In: *Brasil e Portugal: 500 anos de enlacs e desenlaces*. Convergência Lusíada, nº 17, 2000, pp. 98-99-100.

¹⁵⁸ RIO, João do. *Op. cit.*, p. 37.

¹⁵⁹ RIO, João do. *Op. cit.*, p. XV.

de afirmação da nacionalidade, do progresso e da modernidade pela negação da herança portuguesa, era no mínimo arriscado. Afinal, havia inegavelmente a “intromissão” de portugueses residentes no Brasil nos negócios e na política local, o que inflamava os ânimos dos defensores da autonomia brasileira nos assuntos internos.

De fato, eles dominavam boa parte da imprensa, principalmente na capital, e cerca de 60% do pequeno comércio a varejo na cidade do Rio estavam em mãos portuguesas.¹⁶⁰ Não há dúvida de que a história das relações entre portugueses e brasileiros não é só uma história de amizade e conagração: é também uma história de ressentimentos e mesmo de ódios seculares,¹⁶¹ que certas atitudes de ambos os lados ajudavam a acirrar. Observe-se, por exemplo, o pronunciamento do então cônsul de Portugal no Brasil Alberto de Oliveira, em discurso para a colônia portuguesa no Grêmio Republicano Português do Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1914:

desejaria que o Consulado Geral de Portugal constituísse cada vez mais um centro intenso de propaganda dos nossos consideráveis interesses de toda ordem neste grande Brasil que foi, é, e sempre será, em boa parte, obra nossa. Nós o descobrimos, o criamos, o educamos, o povoamos (...). Portugal reúne hoje só no Rio de Janeiro uma aglomeração portuguesa mais populosa que a de qualquer das suas cidades, à exceção única de Lisboa. Portugal manda sem cessar ao Brasil a mais preciosa e rara das matérias-primas: a matéria-prima humana, da qual principalmente se formam esses organismos tão complexos a que se pôs o nome de nações.¹⁶²

Palavras que classificam o Brasil como “a outra banda de Portugal”, como “obra de portugueses” não angariavam simpatizantes no Brasil e somavam-se a outras polêmicas no campo literário e também no econômico, que podem ser consideradas suscitadoras da onda lusófoba intensificada a partir de 1910. Segundo Arnaldo Saraiva, do lado brasileiro uma série de ataques à imprensa

¹⁶⁰ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Os circuitos comerciais das empresas do ramo de tecidos, roupas e armarinhos do Rio de Janeiro: o estudo de dois casos*. *Revista Convergência Lusíada* 19, 2002, p. 137.

¹⁶¹ SARAIVA, Arnaldo. *O modernismo brasileiro e o modernismo português: subsídios para seu estudo e para a história das suas relações*. Porto: s. ed., 1986, p. 77- 85

¹⁶² OLIVEIRA, Alberto de. *Na outra banda de Portugal* (quatro anos no Rio de Janeiro). Lisboa: Portugal-Brasil Lda. Sociedade Ed^a, 1919, pp. 14-15. O autor afirma, a título de epígrafe: “O mar era calmo como se se limitasse a prolongar o Tejo; por isso chamei àquela longa navegação, breve passeio fluvial, e disse que atravessar o Tejo para ir à Outra-Banda não era mais fácil do que atravessar o Atlântico para desembarcar naquela verdadeira Outra-Banda de Portugal, que vem literalmente a ser o Brasil”.

carioca dominada pelos portugueses tiveram início nesta década. Entre eles, destaca a “campanha” de Edmundo Bittencourt e Macedo Soares, em o *Correio da Manhã* e o *Imparcial*, respectivamente, contra o diretor de *O Paiz*, João de Sousa Lage, por razões políticas e econômicas. Como observa Gilberto Amado em suas memórias, “não se faz idéia entre nós de quanto o Brasil era português. A imprensa estava, em grande parte, em mãos de imigrantes lusos. Eram português o gerente e o cronista do *Jornal do Commercio*, o cronista e o gerente do *Correio da Manhã*. Era portuguesa a direção da *Gazeta de Notícias*”.¹⁶³ Contudo, os ataques davam-se não só por razões difusas, mas também por Lage ser português e pelo fato de o jornal se ocupar mais de Portugal do que do Brasil.¹⁶⁴

Saraiva igualmente ressalta os romances românticos e naturalistas (*O guarani*, *A guerra dos mascates*, de José de Alencar; *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida; *O mulato* e *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo) nos quais é veiculada uma imagem pejorativa do português que, mesmo aplicado no trabalho, não deixa de ser venal, rude e cobiçoso. Neste caso, embora “fosse ainda o homem português que estivesse em causa, tratava-se não obstante de um português contaminado ou transformado pelo Brasil, de que dava também uma imagem negativa, que contribuía para fortalecer os sentimentos brasilóforos”.¹⁶⁵

Do lado português, Arnaldo Saraiva aponta alguns fatos que estimularam a antipatia com os brasileiros, como as campanhas da imprensa portuguesa contra o Brasil por causa da emigração, geralmente desaconselhada pela falta de trabalho para os emigrantes; o incidente diplomático decorrente da prisão, pela polícia lisboeta, do ministro português Lobo d’Avila, asilado, após a proclamação da República, na Legação Brasileira de Lisboa (para onde se exilaram muitos monárquicos); os ataques à República portuguesa veiculados na imprensa brasileira por monarquistas portugueses que trabalhavam em órgãos de imprensa do Rio; a gradual perda da preponderância portuguesa no comércio para outros estrangeiros e também nacionais, etc.¹⁶⁶

¹⁶³ SENNA, Homero. *Gilberto Amado e o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969, p. 87.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 88.

¹⁶⁵ SARAIVA, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 79.

¹⁶⁶ *Idem, ibidem*, pp. 79-80-81.

Ainda segundo Arnaldo Saraiva, diversos fatos marcaram o mundo cultural luso-brasileiro no período que vai de 1909 ao final da década de 20: a proclamação da República em Portugal, com os seus reflexos no comportamento (e no aumento) da colônia portuguesa do Brasil; a nomeação de um cônsul português no Rio de Janeiro e a criação de uma embaixada; a publicação de novas revistas culturais preocupadas com o luso-brasilismo; a inauguração dos estudos brasileiros em Portugal; a celebração de alguns acordos culturais ou comerciais; as visitas de alguns estadistas aos dois países (Hermes da Fonseca, Epitácio Pessoa, António José de Almeida); a primeira travessia aérea do Atlântico, por Gago Coutinho e Sacadura Cabral; a publicação da obra monumental dirigida por Carlos Malheiro Dias, *História da Colonização Portuguesa*.¹⁶⁷

3.2.

A quebra de paradigmas e de fronteiras pela aproximação luso-brasileira

Vale destacar que os acontecimentos citados, alguns dos quais ainda serão mencionados, ocorreram em paralelo a outros movimentos de retaliação, afastamento e também de aproximação, característicos de um período de intensa reflexão sobre a presença portuguesa no Brasil. Assim como havia, da parte de alguns homens de letras e políticos brasileiros e portugueses, iniciativas em prol da aproximação intelectual e econômica, no que tange à população urbana, pouco preocupada com acordos comerciais e atos de conagração internacional, a dura rotina urbana e a luta pela sobrevivência ditavam as relações luso-brasileiras de maneira diferenciada. João do Rio não era indiferente a todas estas questões, pois foi um brasileiro sensível aos interesses e às dores de sua gente e de sua pátria, o que deixa ver em muitas crônicas sobre a miséria e a pobreza urbanas. Diante de tais assertivas, faço minha a indagação de Edmundo Bouças:

no momento em que a remodelação da cidade conclama – pelas miragens do progresso – uma evidente ordenação anti-lusa, mostrar-se simpatizante do propósito de fortalecer laços com o Antigo Reino equivalia, indiscutivelmente, a construir um discurso provocador. Diante dos diagramas jacobinos que aderem a

¹⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 20.

tal contexto, como interpretar as indicações condensadas por João do Rio na exposição que faz do seu trabalho *em Portugal d'Agora, (...)*?¹⁶⁸

De fato, o discurso “provocador” de João do Rio engendra uma concepção diferenciada da identidade nacional, a partir da relação do Brasil com Portugal. Em sua deambulação pela capital portuguesa, elabora um retrato descompromissado e despido de preconceitos, como também ausente de exacerbações enaltecedoras da cidade e dos portugueses. João do Rio era, sem dúvida, um repórter criterioso, e deixa isso claro para os leitores no tom leve e cativante de sua escrita e de sua leitura de Lisboa e do Porto, cidade também visitada. O interessante é que essa peregrinação por Portugal, iniciada em 1908, revela não apenas o escritor disposto a estreitar laços comerciais com livreiros portugueses para a edição de suas obras,¹⁶⁹ mas também o intelectual curioso, atuante, dinâmico, sempre em busca de parcerias mentais ricas, que estimulassem a quebra de paradigmas e de fronteiras, elemento característico de sua atuação como jornalista.

Assim, em *Portugal d'agora*, João do Rio exacerba a dialética entre nacionalismo e cosmopolitismo, fazendo de nossas semelhanças com Portugal não motivo de desqualificação ou de enobrecimento, mas a justificativa para que transitasse por um *entre-lugar*¹⁷⁰ onde a criação de discursos “originais” deixasse de ser algo essencial, conforme ele mesmo aludirá em conferência proferida alguns anos depois, em 1917, publicada em *Sésamo*. A epígrafe de abertura do livro retirada de *A Gaia Ciência*, de Nietzsche, justifica a escolha do título e antecipa o teor do discurso: “Sésamo: - da família das begoniáceas. Cultivada nas regiões topicais. A espécie tipo: o *gengili* da Índia. Das sementes extraem óleo que cura chagas, úlceras, e muita vez reanima o doente”.

Em outras palavras, os artigos contidos ali, dentre eles a conferência “Portugal-Brasil: Dois povos da mesma raça, no momento dramático da guerra”,

¹⁶⁸ BOUÇAS, Edmundo. “João do Rio: descobrir Portugal/redescobrir o Brasil”. In: *Brasil e Portugal: 500 anos de enlacs e desenlacs*. Convergência Lusíada, nº 17, 2000, pp. 98-99-100.

¹⁶⁹ A parceria de João do Rio com os editores portugueses foi extensa. Publica *Cinematógrafo* (1910) pela editora dos Irmãos Lello; *Os dias passam...* (1912), pela Chardron; *Ramo de Loiro* (1921), *Crônicas e frases de Godofredo de Alencar* (1916), *Na conferência da paz e Adiante!* (1912) pela Bertrand; a segunda edição de *A mulher e os espelhos* (1919), *Três peças teatrais* (s/d); a segunda edição de *Correspondência de uma estação de cura e Rosário da ilusão* (1921) pela Portugal-Brasil Limitada. RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pp. 221-222.

¹⁷⁰ A expressão é de Silviano Santiago (2000:26). In: *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

agiriam, talvez, como instrumentos curativos das chagas provocadas pela herança portuguesa, feridas que João do Rio queria sanadas pelo poder transformador da amizade, da aceitação e da compreensão recíprocas. Diz ele: “o meu patriotismo é fazer a minha Pátria igual às maiores sem copiá-las. (...) Devo confessar que foram os portugueses do Brasil e as minhas viagens a Portugal que me ensinaram patriotismo, o orgulho da minha raça e da minha terra”.¹⁷¹ Note-se que esse esforço de autoconsciência e aproximação acontece no momento em que, como explica Renato Cordeiro Gomes,

noções de superioridade nacional ou racial se expressam em processos de essencialização que projetam a identidade cultural brasileira de maneira estereotipada, homogênea e inferior. O caráter interessado dessas representações se deve à articulação dos textos, em maior ou menor grau, aos projetos expansionistas da Europa e dos Estados Unidos, e às novas relações internacionais em constituição. Os textos de viagens escritos por brasileiros que visitam a Europa e os Estados Unidos na virada do século e no século XX respondem, de maneira sintomática, a essas representações cristalizadas na tradição e reforçadas pelas novas relações internacionais de poder, estabelecendo, a partir desse contexto, definições de identidades nacionais.¹⁷²

Como resposta às “representações cristalizadas na tradição”, João do Rio engendra uma concepção diferenciada da identidade nacional a partir da relação do Brasil com Portugal, pois faz da viagem àquela nação mais do que um privilégio de elite intelectual e econômica, ou símbolo do deslocamento físico por ambientes desconhecidos. João do Rio entende o papel revelador e questionador da viagem, mesmo sabendo tratar-se ela de “uma condição de elite também intelectual, porque a formação privilegiada do viajante permitiria um ‘aproveitamento melhor’ do aprendizado que lhe será oferecido ao longo de suas jornadas”.¹⁷³ Daí porque ironiza, com refinamento e perspicácia, sua própria

¹⁷¹ RIO, João do. *Sésamo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917, pp. 154-58.

¹⁷² GOMES, Renato Cordeiro, GAZOLLA, Ana Lucia Almeida, SILVA, Edson Rosa da et al. Cap. 41: Historic Displacements in Twentieth-Century Brazilian Literary Culture. In: VALDÉS, Mario J. and KADIR, Djelal (ed.). *Literary Cultures of Latin America: a Comparative History*. Vol. III: Latin America Literary Culture: Subject to History. Part Four: Literary Culture in the Twentieth Century. Section I: Historic Displacements. Oxford, New York: Oxford University Press, 2004. pp. 471-502. (vol. III: 753p.).

¹⁷³ SANTOS, Claudete dos. *A viagem e a escrita: uma reflexão sobre a importância da viagem na formação e produção intelectual de escritores-viajantes brasileiros*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2002, p. 36 (tese de doutorado).

condição, afirmando no texto introdutório do livro que “o homem que viaja é o ser dominante do momento universal”.¹⁷⁴ Continua ele:

um homem que toma o pacote da Mala Real e resignadamente deixa o pacote partir com ele dentro, é um símbolo, continua e aviva a tradição formidável dos galeões e das caravelas, e ao mesmo tempo adquire várias e definitivas regalias: a de ser notável, pelo menos na intimidade, a de causar invejas e dar a impressão de que as suas finanças vão muito bem (o que é sempre engraçado), de poder ser amável ou desagradável com maior numero de pessoas, o que é uma extensão de poder e, principalmente, a gloria de mentir sem receio, com o campo da fantasia e da credulidade ilimitado (...). Quando verifiquei que para não cair no próprio descrédito era necessário ser esse homem, O Homem Que Viaja, saltei da cama (...) corri com um ar estrangeiro à agência de pacotes, comprei uma passagem, toquei para a fábrica de malas, sorti-me de tudo quanto o fabricante julgava necessário (...). Foi assim, que, sendo quase exceção, de um salto, mergulhei na classe social do Homem Que Viaja.¹⁷⁵

Assim, o homem que viaja a lazer – uma classe social em emergência desde o final do século XIX – é também aquele que promove o contato entre culturas distintas, que aproxima e, por intermédio deste deslocamento, torna próximo o distante. Em *Portugal d’agora*, esse espelhamento em busca da similaridade, dos pontos de convergência entre as duas culturas, uma americana, outra européia, esse jogo mimético nada mais é do que a percepção do repórter sobre o entrelaçamento irremediável das duas culturas. Da mesma forma, o olhar fragmentado do cronista reunido em livro estabelece um elo entre o Brasil e Portugal, e, por extensão, constrói uma possível identidade para a nação brasileira. Continua ele:

certo eu partira como os filhos dos países sem tradição, com os olhos no futuro, não vendo mais do que ascensores, conforto, estradas de ferro, não tendo que respeitar antepassados, incluindo naturalmente entre os que formam a nacionalidade de um formidável país do futuro. Certo, além desses sentimentos de interpretação larga, chegara como chegam muitos, cheio de vaidade e de orgulho das árvores colossais, das praias formidáveis, das cidades transformadas numa vertigem, bem americano com o sorriso complacente para a velhice da origem européia. Aquela cena devia ser uma repetição de outras muitas. Seria mesmo o tipo do americano forte se saltasse do transatlântico para o *sleeping car* e tocasse para Paris, com o sorriso superior no lábio. Assim pensava agir na anterior noite de tormenta. E, de repente, como nas mágicas, sentia um sentimento até então insentido: o enternecimento diante da paisagem. Como era belo o que viam os olhos meus! Que beleza! E, entretanto, nada de extraordinário: a casaria como a da minha terra, preguiçando da lombada dos

¹⁷⁴ RIO, João do. *Op. cit.*, p. 5.

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, pp. 11-12.

montes até junto à água do rio, as torres das igrejas sem nada de espantoso, água, céu, paisagem. Mas nisso um amplexo terno e longo, nisso um brando abraço íntimo, nisso tanta bondade esparsa, tanta suavidade que o coração se sentia a bater mais forte, sem saber por quê. Diante da cidade a acordar, no Tejo largo e profundo, não era o pasmo que me acometia, era o reconhecimento de me sentir ligado a uma raça valorosa e antiga, era a idéia de que eu mais não era senão o desdobramento de um ramo forte da humanidade, era o sonho talvez vago e fantasioso de que daquele mesmo rio, defronte da torre pequena de Belém, um ascendente distante se arrojara ao mundo novo, deixando Lisboa.¹⁷⁶

Os sentimentos expressos em frases como “o reconhecimento de me sentir ligado a uma raça valorosa e antiga”, o fato de perceber-se “desdobramento de um ramo forte da humanidade” são registros reveladores de como o escritor, ao lançar mão dessas leituras da cidade (em frases como “cidades transformadas numa vertigem”/“a velhice da origem européia”), propõe correspondências entre espaços e a fusão de temporalidades e de objetos. Assim, por intermédio dessas imagens dialéticas, tira as coisas de seus lugares e as coloca em novos lugares, desarticulando e rearticulando o mundo empírico e o mundo histórico, produzindo semelhanças inesperadas, ignorando as dessemelhanças visíveis. João do Rio realiza este movimento, pois talvez percebesse (vivia em um tempo em que a presença de portugueses na cidade do Rio era numericamente acentuada, como já ressaltaram alguns autores aqui citados) que essa convivência não era tão conflituosa assim, estava repleta de momentos de embate, mas também de amaciamento, de conciliação. Eduardo Lourenço avalia com lucidez a relação entre o Brasil e Portugal:

o Brasil nasceu quase naturalmente da matriz colonizadora. Não houve no Brasil nenhum motivo para rejeitar ou dela se apropriar, para construir depois outra realidade. O que era “português” tornou-se, naturalmente, “brasileiro” e o conjunto dos valores europeus trazidos pelos “fundadores” do Brasil – o Índio foi, desde muito cedo, integrado ou marginalizado – adaptou-se, ao mesmo tempo, às novas vertentes da cultura do Brasil e aos valores africanos. Tanto estes como os valores portugueses evoluíram no novo continente e converteram, pouco a pouco, a cultura do “colonizador” nesta cultura mestiçada de uma originalidade e de um dinamismo poderosos, sob a aparente leveza que é a sua.¹⁷⁷

Entretanto, em período de afirmação da nacionalidade pelo que fosse próprio, genuíno do país, a identificação com as origens portuguesas, que lusófilos como Paulo Barreto propunham, exacerbava o tão conflituoso sentimento de

¹⁷⁶ RIO, João do. *Op. cit.*, pp. 31-32.

¹⁷⁷ LOURENÇO, Eduardo. *A morte de Colombo: metamorfose e fim do Ocidente como mito*. Lisboa: Gadiva, 2005, p. 24.

inadequação que solapava a auto-estima nacional. Por outro lado, “a relação de João do Rio com Portugal deflagra situações de deslocamento que afetam o contexto da exagerada e dependente francofilia da *Belle Époque*”, sugere Edmundo Bouças.¹⁷⁸ Essa relação igualmente critica o modelo liberal-romântico de nacionalismo exacerbado e a lusofobia, pois João do Rio intuía que “por detrás da voz da experiência não está tanto o bom senso, mas o preconceito; sabe que por detrás da ciência não está tanto o saber objetivo, mas o poder totalitário”.¹⁷⁹ Ele, talvez mais do que nenhum outro contemporâneo seu, conheceu o preço de se combater o conformismo e de se reinventar, pois compreendia que

se ser moderno é perceber a emergência dessa outra ordem de valores que vão se impondo cada vez mais até se tornarem hegemônicos; ser moderno é também perceber agudamente o descompasso existente entre os países produtores dessa nova realidade e os situados numa margem onde a modernidade só existirá concretamente nas manifestações da consciência de uma elite intelectual.¹⁸⁰

Se João do Rio percebe que a nova ordem de valores desnuda o “descompasso” entre os países hegemônicos e aqueles situados à margem dos produtores dessa realidade, será por meio da aproximação cultural, principalmente, entre o Brasil e Portugal, iniciativa a que chama em *Portugal d’agora* de “campanha com impressões de crônicas fugazes”,¹⁸¹ que vai buscar a superação desse impasse. Em capítulo dedicado ao meio literário, cita um a um os nomes dos literatos aos quais é apresentado em sua peregrinação intelectual por Lisboa. São eles: Fialho de Almeida; João de Barros; Abel Botelho; Brito Aranha; Brito Camacho; Maria Amália Vaz de Carvalho; Augusto de Castro; João Chagas; Júlio Dantas; Guerra Junqueiro; Bernardino Machado; Carlos Malheiro Dias; Marcelino Mesquita; Paulo Osório; Conde de Monsaraz; Manuel Penteado; Manuel de Souza Pinto; Forjaz de Sampaio; Teixeira de Queirós; Luís Teixeira; Henrique de Vasconcellos; Afonso Lopes Vieira.

¹⁷⁸ BOUÇAS, Edmundo. “João do Rio: descobrir Portugal/redescobrir o Brasil”. In: _____. *Brasil e Portugal: 500 anos de enlases e desenlaces*. Revista *Convergência Lusíada*, 17. Número Especial, 2000, p. 98.

¹⁷⁹ SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 156.

¹⁸⁰ MARGATO, Izabel. “Tiranias da modernidade: cenas de escárnio e maldizer em Eça de Queiroz”. In: _____. *Cenas da vida moderna e mundialização da cultura*: Madrid, Paris, Berlim, São Petersburgo, o mundo! Semear nº 6. Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 311.

¹⁸¹ RIO, João do. *Portugal d’agora*. Op. cit., p. 293.

Em texto permeado de diálogos com o livreiro Teixeira e com o poeta Manuel de Souza Pinto, fala de sua inserção no meio literário, conta como conheceu cada um, expressa sua impressão sobre a personalidade ou mesmo sobre a aparência física de alguns, e não deixa de tecer observações. Fialho de Almeida, por exemplo, o impressiona:

um homem grosso, de estatura meã, cavanhaque quadrado, boca espessa de sensual e dois olhos miúdos, apertados, mas de uma viveza excepcional. Era ele. Era Fialho d'Almeida, o grande ironista e o grande sentimental, o imprevisto esvurmador da alma de uma cidade, o maioral dos instrumentistas da prosa, o artífice capaz de transformar o peso catedralesco de uma língua exclusivamente arquitetônica e plasmá-lo, e transformá-lo, e fazê-lo mimo cinzelado de outro fino (...).¹⁸²

E assim continua. Para ele, o meio é pequeno, porém permeado de disputa, ciúme e vaidade, em outras palavras, não prima pela amizade entre seus pares, mas pela diplomacia. Constata: “em todo o mundo o meio literário é assim. Para admirar um grande escritor é preciso não passar das obras”. Não se abstém, também, de tecer um comentário sobre o feitio da literatura portuguesa: “essa literatura portuguesa tal qual é hoje atrai e prende principalmente pela sua feição nacional. A maioria dos homens de letras não se deixa influenciar por outras literaturas e creio mesmo que muitos não conhecem senão a do seu país”. Daí talvez porque volte a reforçar sua maior preocupação: divulgar o Brasil em Portugal, vencer a rejeição à herança portuguesa no Brasil e fortalecer a aproximação entre os dois povos pelo abraço intelectual. “O grande Fialho em algumas palestras fazia-me ver a necessidade da aproximação, com frases em que demonstrava ter lido os nossos livros e ter compreendido e julgado a evolução mental do Brasil. Os outros dos mais simples aos mais mundanos têm o apetite do Brasil”, analisa. E desabafa: “só a colônia portuguesa do Brasil não vê isso”.¹⁸³

Em dois capítulos seguintes, traça o perfil de Guerra Junqueiro, que visitara no Porto. A admiração pelo escritor português é clara e a descrição do encontro é deliciosa, prima pela atenção que o cronista dispensa ao detalhes do ambiente, ao comportamento do entrevistado, às reações do ouvinte à sua pessoa, ao desenrolar do encontro, revelando uma capacidade mnemônica inacreditável, prova de que era indiscutivelmente um repórter refinado e inovador. Transforma

¹⁸² *Idem, ibidem*, pp. 100-101.

¹⁸³ *Idem, ibidem*, pp. 107-109.

seus interesses intelectuais em prosa, faz da viagem a Portugal e do encontro com renomados homens de letras um misto de diário e de documento para a historiografia das relações luso-brasileiras. Os diálogos com Guerra Junqueiro reforçam o objetivo do livro: aproximar as duas nações, valorizar os traços comuns e combater o desconhecimento mútuo:

- O mestre tem um entusiasmo desvanecedor pelo Brasil.
 - Porque é a terra moça, a terra da esperança (...); porque nessa imensa extensão colonial vive Portugal, e aumenta e cresce; porque nessa magia de luz desdobra-se e cresce a língua portuguesa; porque cada português vê no brasileiro vencedor o filho feliz corado de louro na subida da apoteose.
- Eu estava comovido porque ainda é uma das minhas qualidades de egoísmo amar a pátria.
- Mestre, falou do Brasil como se lá tivesse estado.
- E ele, simples:
- Não estive ainda no Brasil, mas estou na eternidade e vejo.¹⁸⁴

No capítulo que segue ao encontro com Guerra Junqueiro, o penúltimo do livro, antes do epílogo “De volta, no oceano”, João do Rio dedica-se, com preciosismo de investigador e decidido a elaborar conclusões sobre o que viu e ouviu, às relações luso-brasileiras. Conclui que há o desconhecimento mútuo porque o Brasil despreza Portugal, assim também como a colônia portuguesa do Rio, e os portugueses em Portugal não agem de modo diferente, pouco se interessando pelo Brasil. Considera, entretanto, que dois homens de letras fugiram à regra e se mostraram vivamente ciosos das relações entre os dois países. Passa então a avaliar a proposta da “Comissão Luso-Brasileira”, sugerida em 1909 pelo então presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Zófimo Consiglieri Pedroso, em sessão naquela casa. A fim de dispor ao público ainda mais informações sobre as iniciativas em prol da aproximação das duas nações, transcreve também trechos do livro *Relações luso-brasileiras*, do economista português Martins José Barbosa.¹⁸⁵

¹⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 281.

¹⁸⁵ BARBOSA, Martim José. *As relações luso-brasileiras: (a imigração e a desnacionalização do Brasil)*, 1909.

3.3.

A “Comissão” e o “Acordo” luso-brasileiros sob o olhar crítico do jornalista

A crença de João do Rio na importância da aproximação franca e igualitária não significa que ignorasse os interesses do Brasil. Pelo contrário. Deixa isso claro na avaliação que faz das proposições da “Comissão Luso-Brasileira”, considerada por ele uma iniciativa eivada de impossibilidades materiais, entretanto “um belo sonho”, cujo movimento propulsor dependeria principalmente do governo lusitano, “de um pouco da sua boa vontade”.¹⁸⁶ Daí porque, no que tange ao interesses comerciais do Brasil, transcreve trechos do livro do economista José Barbosa. Responsável e atento, João do Rio tem o cuidado de elogiar as iniciativas propagadoras da aproximação intelectual, mas procura deixar claro, e para isso ressalta a importância da obra de Barbosa,

o erro, o egoísmo, o atraso de percepção dos governos portugueses e é este o ponto principal, o ponto inicial do desencontro, do mal-estar dessa grande amizade luso-brasileira nas relações comerciais. Nós consumimos de Portugal quase a metade do que ele exporta, e ele, ao contrário, *para o desenvolvimento do seu império colonial* como muita vez ouvi dizer; fecha-nos as portas aos nossos produtos, mesmo quando tem de recorrer para o consumo interno, às nações estrangeiras como acontece com o açúcar, o tabaco e o café.¹⁸⁷

Além dessa reflexão nada simpática aos interesses portugueses, em que alerta para a intenção do governo português de proteger sua balança comercial e a comercialização dos produtos de suas colônias na África, em franca atitude imperialista, João do Rio mostra com números retirados da obra de José Barbosa que o Brasil era o melhor freguês dos produtos de exportação de Portugal, ao passo que este importava muito pouco do Brasil. “Mandávamos para o Brasil 5.961 contos. Mas, em compensação destas vendas, comprávamos ao Brasil só 1.965 contos que, com os gêneros em trânsito, baldeação e reexportação, ascendiam a 2.025 contos”.¹⁸⁸ Para o economista citado em *Portugal d’agora*, a proposta de Consiglieri Pedroso era um sonho de um egoísmo insustentável no tratado de comércio, ainda que repleto de boas intenções em prol do enlace fraternal entre as duas nações.

¹⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 293.

¹⁸⁷ RIO, João do. *Op. cit.*, p. 296, grifo do autor.

¹⁸⁸ BARBOSA, Martim José. *Apud* RIO, João do. *Op. cit.*, p. 297.

Dados numéricos sobre a importação de produtos portugueses no Brasil confirmam a assertiva de José Barbosa. Fidelino de Figueiredo, em *Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925)* constata que na primeira década do século XX o azeite português ocupava o primeiro lugar na lista dos produtos importados pelo Brasil. O vinho português entrava no país a um percentual de 70% do total de vinhos importados, “e as frutas portuguesas e outros gêneros alimentícios tinham lugar analogamente vantajoso, que quase correspondia a um monopólio”.¹⁸⁹ A balança comercial brasileira pendia de maneira tão vantajosa para os produtos provenientes de Portugal, que a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro publicou em 1916 um inquérito¹⁹⁰ em que ressalta esta situação bastante confortável, adverte os comerciantes para os perigos da concorrência internacional e proclama a defesa dos interesses portugueses.

Quanto à percepção das intenções imperialistas de Portugal, longe de parecer ingênuo ou desinformado, João do Rio revela-se um observador arguto de seu tempo. Havia de boa parte da intelectualidade portuguesa a idéia de lusitanização do Atlântico Sul¹⁹¹ fundamentada na capacidade civilizadora e colonizadora do português com base na defesa da raça, de unidade política fundamentada em conceitos étnicos. No final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, promoviam-se em Portugal campanhas para angariar apoio popular ao projeto imperial, para isso reforçava-se a imagem de Portugal como

¹⁸⁹ FIGUEIREDO, Fidelino de. *Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925)*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense Ltda., 1925, p. 15.

¹⁹⁰ Esse inquérito foi realizado junto aos comerciantes portugueses estabelecidos no Rio e capitaneado pelo então cônsul português no Brasil, Alberto de Oliveira, autor de *A outra banda de Portugal*, citado no presente capítulo. Os resultados do inquérito apontam, dentre outras questões, que era essencial a criação de uma empresa de navegação para o Brasil; melhorar o acondicionamento dos produtos portugueses, bem como suas embalagens e a propaganda dos mesmos na praça do Rio, em vista da concorrência dos produtos europeus; a criação de um acordo diplomático entre os dois países que favorecesse os produtos portugueses. In: SOUSA, Vivina Amorim. *Comércio entre Portugal e Brasil nos inícios do século XX: o Inquérito Comercial de 1916 e as propostas de uma comunidade luso-brasileira*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

¹⁹¹ A idéia do Atlântico Sul como um “mar lusitano” estava na pauta das discussões dos setores tradicionais. No mapa político das pretensões imperialistas portuguesas, ao longo do século XIX via-se, de um lado e de outro do Oceano Atlântico, nas palavras de Bettencourt Rodrigues, defensor da “Confederação Luso-Brasileira” (que será ainda aqui mencionada), “numa extensíssima margem da América austral, o Brasil; quase em frente, na costa africana, a vasta colônia portuguesa de Angola; e, entre as duas, como um mar lusitano, o Atlântico Sul (...) e, no ponto de convergência de inúmeras linhas de navegação, como vasto entreposto comercial dos produtos de Portugal e Brasil – o amplo e magnífico porto de Lisboa”. RODRIGUES, Bettencourt. *Uma Confederação Luso-Brasileira: fatos, opiniões, alvitre*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923, pp. 93-94.

nação multirracial e pluricontinental.¹⁹² De acordo com os estudos de Margarida Calafate Ribeiro,

a leitura dos textos políticos, da imprensa da época e de alguns autores revela (...) a importância do império luso-brasileiro, o valor do comércio do Atlântico Sul e o choque que isso representou, bem como a importância das colônias africanas nas negociações de Portugal com o Brasil e com a Europa, mostrando-nos como a questão colonial, na sua dimensão brasileira, africana e europeia, foi um dos pontos cruciais do nacionalismo português, do pensamento sobre a identidade nacional e uma das grandes ocupações dos políticos ao longo do século XIX. Como tal, houve nas diferentes épocas planos políticos para África, mediados pelo Brasil ora em termos práticos, ora de imaginário, que visavam responder às diversas situações e crises vividas.¹⁹³

Em período de intenso colonialismo na África, era imprescindível para o estado português e para a afirmação da identidade da nação portuguesa fortalecer a imagem daquele povo como colonizador bem-sucedido e do Brasil como a maior obra do gênio português. Por sua vez, o Brasil vivia um momento de auto-afirmação pelo viés cultural e econômico e, desde o século XIX, a literatura nacional, como ressaltou Arnaldo Saraiva, vinha desenvolvendo uma tradição antilusitana pelo discurso pautado na originalidade em relação à herança cultural. Em contrapartida, fortalecia-se em Portugal a crença na capacidade colonizadora e imperialista da raça lusitana, o que as palavras de Antonio Veiga publicadas no livro *Pan-Lusitanismo*, de 1916, tornam evidente: “as nossas aspirações coloniais devem ter por fim primacial o povoamento de todos os nossos territórios com gente do nosso sangue, com gente da nossa raça. Iniciemos em todo o mundo uma política nacional, uma política de raça, uma política ‘lusitana’”.¹⁹⁴ Dessa forma,

pelo império, Portugal recuperava a imagem do Portugal descobridor, universalista, representado nas aventuras marítimas dos séculos XV e XVI, eternizado na epopéia camoniana, posicionando-se de novo como centro de um império colonial; e, pelo império, Portugal iludia a sua situação de séculos de decadência, a que a ressaca brasileira neste fim de século trazia laivos de desespero, e acompanhava – mesmo que ilusoriamente, como o Ultimatum inglês

¹⁹² O Império Colonial Português começou a ser formado com os Descobrimentos, a partir do século XV, e teve seu apogeu no final do século XVI. No início do século XX deu-se a “estruturação, de fato, do Império Colonial Português” com a organização político-administrativa e a exploração econômica das possessões africanas e das possessões orientais remanescentes. In: FREIXO, Adriano de. “Entre o Atlântico e a Europa: o fim do Império e a redefinição do papel de Portugal no sistema-mundo”. *Convergência Lusíada*, nº 21. Revista do Real Gabinete Português de Leitura, 2005, pp. 21-22.

¹⁹³ RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004, p. 66.

¹⁹⁴ VEIGA, António de Figueiredo do Nascimento. *Pan-Lusitanismo*. Lisboa: Tipografia Universal, 1916, p. 3, grifo do autor.

viria a demonstrar – a Europa desenvolvida como uma nação imperialista europeia, imaginando-se no centro dos movimentos do mundo. A esta fortíssima dimensão simbólica da imagem do império, que presidiu às dimensões econômicas e políticas da formação, estabelecimento e desenvolvimento do império africano português, é que chamo “o império como imaginação do centro”.¹⁹⁵

Essa política lusitana, ou de lusitanização do Atlântico Sul, suscitava rasgos imperialistas mesmo com relação ao Brasil, solidamente independente, visto que em termos econômicos Portugal dependia seriamente não só do volume substancial da exportação para o Brasil, como também das remessas financeiras de portugueses residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, principalmente, para a terra natal.¹⁹⁶ Neste sentido, a “política lusitana” empreendida pela intelectualidade portuguesa tinha como missão sustentar o potencial imperialista e colonizador como medida de sobrevivência e de fortalecimento político e econômico de Portugal perante a emergência de outras nações europeias – esforço que Margarida Calafate Ribeiro denominou “império como imaginação do centro”, dada a condição periférica de Portugal em relação à Europa moderna, imperialista, em franco desenvolvimento industrial, político e social. Como explica Maria Bernardete Ramos, naquele momento

havia necessidade de extensa propaganda que resultasse na criação de uma *civilização atlântica*. Entre os portugueses, era preciso despertar o amor pela vida mental, pela arte, pela civilização brasileira; que os editores portugueses divulgassem os livros brasileiros; que os jornais encomendassem matérias escritas por brasileiros; que se divulgassem as tradições e os costumes idênticos; que se apoiasse a uniformização da língua; que tratados ou acordos comerciais fossem realizados; que portos francos e zonas francas fossem autorizados.¹⁹⁷

Por esse viés, a proposta de Consiglieri Pedroso estava alinhada aos anseios da “política lusitana” de Portugal, e incluía não apenas interesses comerciais, mas a aproximação também política e cultural. As tarefas da futura comissão que tanto debate provocou estavam listadas em 14 itens e resumo de

¹⁹⁵ RIBEIRO, Margarida Calafate. *Op. cit.*, pp. 26-27.

¹⁹⁶ Para Margarida Calafate Ribeiro, a imagem de Portugal imperial como “velho descuidadamente decadente e inevitavelmente seduzido e dependente da governanta (esse símbolo clássico de um poder absoluto não autenticado), que representava o Brasil, filtrava a idéia (...) de Portugal como colônia do Brasil”, que, segundo ela, foi desenvolvida por Alexandre Herculano, retomada por Oliveira Martins e invocada por Eça de Queirós, como toda a Geração de 70 vai demonstrar. RIBEIRO, Margarida Calafate. *Op. cit.*, p. 61.

¹⁹⁷ RAMOS, Maria Bernadete. *A intimidade luso-brasileira: nacionalismo e racialismo*. Coimbra: Revista de História das Idéias, Vol. 22, 2001, pp. 517-552.

fato o ideal de seu mentor. Para Consiglieri Pedroso, o Brasil e Portugal, por sua origem, história, língua e tradições comuns, como povos latinos, deviam unir-se com o objetivo de evitar, pelo lado português, o risco de enfraquecimento da economia portuguesa, “que só ao contato íntimo da exuberante seiva brasileira pode robustecer-se e tonificar-se”, e, pelo lado brasileiro, a desnacionalização do país em função da imigração de outros povos.¹⁹⁸

Consiglieri Pedroso destaca as mudanças na política mundial, ressalta a tendência à unificação moral de grupos étnicos que compartilham o mesmo idioma e afirma que a língua é a “pátria espiritual de uma nacionalidade”.¹⁹⁹ Atentando para a formação de aglomerados internacionais operados por anglosaxões, germânicos e eslavos, crê no desaparecimento das “pequenas” nacionalidades em face do fortalecimento das grandes nações em curto espaço de tempo. Segundo ele, diante da “ameaça” de desnacionalização do Brasil pela introdução de imigrantes “estranhos ao seu caráter histórico e até antipáticos a sua idiossincrasia étnica”²⁰⁰ e da necessidade de fortalecimento da economia portuguesa pela criação de um “Acordo luso-brasileiro”, propõe (segue abaixo, na íntegra, a proposta como consta no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa e conforme foi publicada por João do Rio em *Portugal d’agora*):

1º - Estudar a forma mais adequada de se realizarem congressos periódicos luso-brasileiros, que devam em prazos a fixar reunir-se alternadamente em Lisboa ou Porto e no Rio de Janeiro ou outras cidades brasileiras, com o intuito de discutir todos os assuntos de ordem intelectual e econômica, que interessem em comum e exclusivamente às duas nações, e onde haja de fazer-se a propaganda das deliberações que pelos mesmos congressos e pelos mesmos governos dos dois países tenham de ser tomadas a benefício de ambos os povos, respeitando-se escrupulosamente a independência de cada um deles, e evitando-se toda e qualquer interferência, por mínima que seja, na vida interna e no modo de ser dos dois países respectivamente;

2º - Estudar a forma de se negociar um tratado de incondicional arbitragem entre Portugal e as suas colônias de um lado e o Brasil do outro, e de se realizar a conveniente cooperação das duas nações em assuntos de caráter internacional;

¹⁹⁸ PEDROSO, Consiglieri. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*. Nº 11, 27ª Série. Lisboa: Typographia Universal, novembro de 1909, p. 388. A língua como estratégia da expansão imperial não era ignorada pelos defensores da “política lusitana”. Afinal, “entre os séculos XVI e XVIII o português tornou-se ‘língua franca’ nos portos da Índia e do Sudeste Asiático, permitindo comunicação entre diferentes povos, além de se tornar o idioma mais falado em toda costa africana”. FREIXO, Adriano de. *Op. cit.*, p. 21.

¹⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 387.

²⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 388.

3º - Estudar a forma de se ultimar, com a urgência que razões óbvias aconselham, um tratado de comércio, ou antes um largo entendimento comercial entre as duas nações, procurando-se a maneira, - até onde for possível vencer as dificuldades naturais inerentes ao assunto, - de que uma à outra concedam respectivamente vantagens especiais, que deixem de ser transmitidas aos outros estados, não sendo portanto atingidas pela cláusula de “nação mais favorecida”, inscrita atualmente nos tratados já existentes tanto de Portugal como do Brasil com os países estrangeiros;

4º - Promover a criação de uma linha de navegação luso-brasileira entre os dois países, sob o alto patrocínio de ambos os governos;

5º - Promover a fundação em Lisboa de um entreposto central para o comércio do Brasil na Europa, e de um entreposto central no Rio de Janeiro para o comércio português na América, podendo no caso de isso ser conveniente, fundar-se outros dois entrepostos, um no Porto e outro no Recife ou onde mais convenha ao Brasil;

6º - Promover a construção de dois palácios, um em Lisboa e outro no Rio de Janeiro, destinados à exposição e venda permanente dos produtos nacionais de cada um dos dois países no outro;

7º - Promover sempre que for possível a unificação ou pelo menos a harmonização da legislação civil e comercial dos dois países;

8º - Promover a aproximação intelectual – científica, literária e artística – dos dois países: dando aos professores diplomados brasileiros em Portugal, e aos professores e diplomados portugueses no Brasil, os mesmos direitos com equivalência dos respectivos títulos de habilitação;

9º - Promover visitas regulares de excursionistas e de estudo – de intelectuais, de artistas, de industriais e comerciantes portugueses ao Brasil e brasileiros a Portugal a às suas mais importantes colônias;

10º - Estudar a maneira de se fundar em qualquer das duas capitais, ou simultaneamente em ambas, uma revista que seja o órgão para servir de intérprete permanente a este movimento de aproximação luso-brasileira;

11º - Promover mais íntimas e continuadas relações entre a imprensa brasileira e a imprensa portuguesa pela troca de colaboração e pela instituição de reuniões periódicas dos editores de livros e dos representantes do jornalismo de ambas as nações;

12º - Promover a inteligência entre si respectivamente das sociedades científicas, artísticas, de instrução, de beneficência, de ginástica, de tiro, de natação e outros desportos marítimos e terrestres, etc., pertencentes aos dois países, assim dos das associações acadêmicas brasileiras e portuguesas, criando-se também bolsas de viagem para os estudantes de cada um dos dois países no outro;

13º - Promover o movimento de aproximação luso-brasileira no Brasil, ou por intermédio de alguma das sociedades ali existentes, como a Sociedade de Geografia ou o Instituto Histórico Brasileiro que, à semelhança da Sociedade de Geografia de Lisboa, queira no território da União pôr-se à frente deste movimento, ou contribuindo para a fundação no Rio de Janeiro e uma liga luso-brasileira, com os mesmos intuítos que os da comissão permanente, cuja criação aqui se propõe;

14º - Finalmente estudar a maneira de se fazer da benemérita colônia portuguesa no Brasil a ativa intermediária da aproximação moral dos dois povos, aproximação que terá como símbolo da realidade da sua existência a formosa língua de Camões e Gonçalves Dias a falar-se dos dois lados do Atlântico e a servir, em duas pátrias fraternalmente enlaçadas, de vínculo inquebrantável à raça luso-brasileira, cujo destino histórico assim engrandecido deverá, a bem da civilização, alargar-se triunfante pelas mais belas regiões do globo, às quais o imortal gênio latino, representado pela nossa comum nacionalidade, imprimirá com o supremo encanto da forma o estímulo da sua energia eternamente criadora.

²⁰¹

A “Comissão Luso-Brasileira” tinha o plano ambicioso de colocar em prática o “Acordo Luso-Brasileiro”, que propunha a aproximação intelectual, artística, literária e comercial entre o Brasil e Portugal, num esforço grandioso de cooperação internacional conjunta. Na acepção de Pedroso,

o sério risco de desnacionalização lenta mas segura somente o Brasil pode conjurá-lo pela aproximação e relações cada vez mais estreitas com Portugal, possuidor ainda hoje de um rico e vastíssimo império em África, de território reduzido na Europa, não há dúvida, mas berço de uma robusta e prolífica população largamente espalhada pelo mundo, de extraordinárias faculdades de adaptação e resistência, população indispensável – e não substituível por outra – para a conservação e pureza da raça nacional do Brasil.²⁰²

A morte de Consiglieri Pedroso, poucos meses depois de redigir a proposta, impediu que a “Comissão Luso-Brasileira” levasse adiante o “Acordo Luso-Brasileiro”. Entretanto, a iniciativa oficializava o início da parceria entre as duas nações no século XX, fazendo de 1909 o ano símbolo da aproximação entre o Brasil e Portugal, visto que o ano de 1908 frustrara o estreitamento de laços de amizade por conta da tragédia com o rei português D. Carlos, que visitaria o Brasil. Assim, a cronologia do luso-brasilismo, expressão cunhada por Bettencourt Rodrigues,²⁰³ contaria ainda com uma série de acontecimentos que marcariam o mundo cultural e econômico das duas nações neste período.

²⁰¹ *Idem, ibidem*, pp. 387-390.

²⁰² *Idem, ibidem*, p. 388.

²⁰³ SIMÕES, Nuno. *Atualidade e permanência do luso-brasilismo (conferências e discursos)*. Lisboa: Edição do autor, 1960.

3.4.

Uma história datada: surge a “cronologia do luso-brasilismo”

Em 20 de junho de 1909,²⁰⁴ Coelho de Carvalho, sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, em sessão naquela casa oferecera uma cópia da *Carta de Guia do Estadista Português no Século XVIII*, de D. Luiz da Cunha, embaixador de Portugal na França, na qual este sugere a Marco António de Azevedo que aconselhasse o rei D. João V a mudar a corte para o Brasil.²⁰⁵ O mesmo Coelho de Carvalho, em 30 de março de 1916, como presidente da Academia de Ciências de Lisboa, faz uma homenagem a Olavo Bilac, em visita a Portugal. Na ocasião, propõe que Portugal e o Brasil unam-se em aliança política tão íntima que das duas nações se fizesse uma só “gloriosa família lusitana”.

Na mesma seção, Alberto de Oliveira sugere que a visita de Bilac a Portugal reafirmasse o tão desejado estreitamento das relações intelectuais luso-brasileiras. Para enfatizar a importância dessa aproximação, já em prática, menciona os nomes dos membros da Academia Brasileira de Letras que também eram sócios correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa: além do próprio, Rui Barbosa, Affonso Celso, Rodrigo Otávio, Paulo Barreto, Oliveira Lima e Oswaldo Cruz.²⁰⁶ Vale ressaltar que Paulo Barreto fora aceito como sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa em 1912. Eis o parecer do relator Teixeira de Queiroz, emitido por Teófilo Braga, Cristóvão Aires e Henrique Lopes de Mendonça sobre a candidatura do ilustre Paulo Barreto:

termino e concluo por vos propor a eleição do brasileiro Paulo Barreto a sócio correspondente estrangeiro da nossa Academia, não só pelo mérito real dos seus livros, mas ainda pela simpatia que mostra por todas as coisas do nosso país, pela união e fraternidade dos dois povos, a qual deseja e apregoa, quando declara no

²⁰⁴ A proposta de Coelho de Carvalho foi apresentada em Sessão Pública da Academia Real de Ciências de Lisboa sob a presidência de Sua Majestade El Rei o Senhor D. Manuel II. In: *Boletim da Segunda Classe*. Ciências Morais e Políticas e Belas Letras, T. XII, p. I. Lisboa: Tipografia da Academia, 1910. Diversos autores apontaram Coelho de Carvalho como presidente desta academia na ocasião da entrega do manuscrito. Há também quem indique o ano de 1908 como a data deste acontecimento. Pesquisa realizada na academia comprova que Coelho de Carvalho era sócio correspondente e a carta foi entregue em sessão de 20/06/1909.

²⁰⁵ Selecionei um trecho da carta: “considero talvez visionariamente que Sua Majestade se acha em idade de ver florentíssimo, e bem povoado aquele imenso continente do Brasil, se nele, tomando o título de Imperador do Ocidente, quisesse estabelecer a sua Corte, levando consigo todas as pessoas que de ambos os sexos o quisessem acompanhar”. RODRIGUES, Bettencourt. *Uma confederação Luso-Brasileira (fatos, opiniões, alvitres)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923, pp. 229-230.

²⁰⁶ Academia de Ciências de Lisboa. *Boletim da Segunda Classe*, vol. X, nº 2, março a julho de 1916. Lisboa: Tipografia da Academia, 1916, p. 257-276.

seu Portugal d'agora que esse seu livro 'é escrito com desejo de mais ligar dois povos, que devem seguir juntos para o progresso'. Lisboa, 10 de dezembro de 1912.²⁰⁷

Voltando à cronologia das relações luso-brasileiras, ainda que a proposta de Consiglieri Pedroso seja tomada como marco inicial do luso-brasilismo por autores como Bettencourt Rodrigues e, na mesma linha de pensamento dele, Arnaldo Saraiva e Nuno Simões, há um fato que pode ser considerado fundamental para a aproximação entre o Brasil e Portugal. Em 1909, João do Rio é apresentado, em Lisboa, durante primeira visita à Europa, ao poeta João de Barros – de quem se tornaria amigo inseparável e parceiro na defesa do estreitamento de laços intelectuais entre as duas nações – e com quem lançaria a revista *Atlântida*,²⁰⁸ em 1915. João do Rio conta como foi o encontro: “por uma fria tarde de inverno, em Lisboa, o polígrafo-artista, Manuel de Sousa Pinto, apresentou-me mais um poeta. Era João de Barros, de volta de Bruxelas, de Londres, de Paris. Homem muito civilizado, com a alegria espiritual que fazia o gênio de Bilac denominá-lo ‘luz em movimento’”.²⁰⁹

Naquele mesmo ano (1909), como fruto de sua primeira visita à Europa, além de escrever as crônicas que comporiam o livro *Portugal d'agora*, João do Rio acerta em Paris com o editor Garnier a publicação de uma coletânea de letras e músicas de 35 fados, 85 canções e cantigas e 78 danças, o livro *Fados, canções e danças de Portugal*. João do Rio escreveu as 45 páginas introdutórias da obra de mais de 500 páginas com impressões de Lisboa, de suas fadistas e casas de fado, dos bairros boêmios e da história desse gênero musical.²¹⁰ Segundo o biógrafo Raimundo de Magalhães Júnior, o contato com os editores portugueses Lello e com o francês Hyppolyte Garnier para a publicação de duas de suas obras durante essa primeira viagem à Europa (*Cinematographo* e *Fados, canções e danças de Portugal*, respectivamente) começaria a sedimentar o prestígio de João do Rio no seio da colônia portuguesa do Brasil. Na introdução de *Fados, canções e danças de Portugal* o jornalista conta de modo pitoresco a história do livro:

²⁰⁷ Academia de Ciências de Lisboa. *Boletim da Segunda Classe*, vol. VII, nº 1, janeiro a março de 1913.

²⁰⁸ Editada em Portugal entre 1915 e 1920, tinha como diretores João do Rio e o poeta português João de Barros. Voltaremos à *Atlântida* no próximo capítulo.

²⁰⁹ RIO, João do. *Ramo de Loiro*. Paris-Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1921, p. 7

²¹⁰ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 102-105.

ora uma vez em Paris, na casa de um dos meus editores, à rua dês Saints-Pères, fazia muito frio e nós conversávamos, três ou quatro homens de letras de várias línguas (...). Vim então a falar com entusiasmo do doce período da minha vida, dos fados, das canções, das danças portuguesas.

- Porque não faz um livro a respeito? Indagou o editor.

- Porque seria um livro exagerado. Ainda não consegui dominar a emoção.

- Não diga isso. Que me conste não há no Brasil uma coletânea volumosa dessa canções populares de Portugal.

- Realmente, interrompeu o diretor da seção portuguesa, Manuel Ignácio – não há.

(...).

Fiz bem? Fiz mal? O amor de uma terra a isso me forçou; o misterioso Destino assim resolveu que se cristalizasse um pouco de tão doces emoções sugeridas por Portugal. E eis porque, meus amigos, pedindo-lhes perdão, eu peço também que leiamos juntos esse álbum insignificante da terra encantadora, que amo e venero tão docemente. Hão de vocês sorrir, hão de chorar um pouco. Sorriso, lágrimas, saudade que é como uma declinação da saúde da alma na gama dos sentimentos, o instinto, o amor, que é inocência e pureza pagã... Que é preciso mais? Quanto a mim basta. E de certo mais comovido e fremente relerá esse perfume da doce terra, o colecionador humilde, que tão longamente exprimiu a razão de colher um ramo de flores no jardim do Bem e do Amor, querido de Deus. Afetuosamente. João do Rio. Nice, março de 1909.²¹¹

É possível ainda incluir na genealogia do luso-brasilismo a conferência de Silvio Romero, em 1902, no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o escritor propaga o estreitamento de laços por meio de iniciativas que não só gerassem tratados comerciais e literários, como também incentivassem a imigração portuguesa, com o objetivo de evitar a mudança na feição étnica e na história do caráter brasileiro, predominantemente português.

tudo quanto for tendente a aproximar o mais possível o português do brasileiro, para atraí-lo a continuar a colaborar na grande nacionalidade que ele criou em o Novo Mundo, deve ser posto em prática de parte a parte pelos dois povos e pelos poderes públicos de ambas as nações. Fortes propagandas devem ser tentadas neste sentido: tratados de comércio convenientes a ambas as partes, convenções literárias, exposições hábeis e sugestivas dos produtos dos dois países lá e cá, vantagens especiais para o fim de reatar o fio interrompido da imigração reinol, este último *desideratum* especialmente, tudo isto deve ser posto em prática por adequados meios.²¹²

O que Silvio Romero tenta ressaltar é que a imigração de lusitanos para o Brasil era essencial para a predominância da raça branca, mas não aquela

²¹¹ RIO, João do. *Fados, canções e dansas de Portugal*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1909, pp. 1-45.

²¹² ROMERO, Silvio. *O elemento português no Brasil*. Lisboa: Cia. Nacional, 1902, p.29.

proveniente de outras nacionalidades européias. Segundo ele, a vantagem da imigração portuguesa para o Brasil era não “nos sentirmos tentados a mudar de aspecto e transformar a nossa nacionalidade em teuto-americana, anglo-brasileira, ítalo-brasílica, ou qualquer outra coisa que até a língua sente dificuldade em articular”,²¹³ diz na mesma conferência. A fala cientificista de Romero, de valorização do elemento branco como estratégia de “branqueamento” do Brasil, compartilhada por inúmeros contemporâneos dele, encontrava respaldo em um fato que marcou o seu tempo: a volumosa emigração de europeus (mais ainda de portugueses) para o Brasil, incentivada pelo Brasil desde a Abolição como estratégia de substituição da mão de obra escrava. No caso português, mesmo sofrendo variações conforme o período, a emigração confundiu-se com a própria história de Portugal.

3.5.

A emigração portuguesa para o Brasil e o debate sobre as relações luso-brasileiras

Em linhas gerais, pois não é o objetivo aqui analisar a corrente emigratória portuguesa para esta parte do continente americano, o que já foi realizado em inúmeros estudos, os portugueses, dentre os grupos de imigrantes estabelecidos no Brasil, foram praticamente os únicos europeus a residirem no país ao longo do período colonial. Já “de 1820 a 1972, um terço dos cinco milhões e seiscentos mil estrangeiros que chegaram eram portugueses – contra 29,0% de italianos e 13,0% de espanhóis, as duas nacionalidades mais representativas depois dos lusos”.²¹⁴ Do início do século XIX até a década de 50, mais de quatro quintos de todos os emigrantes lusos que saíram de Portugal vieram para o Brasil.²¹⁵ “No recenseamento de 1890, por exemplo, os 124.000 portugueses residentes no Rio de Janeiro representavam 24% da população da cidade e 68% da população nascida no estrangeiro”.²¹⁶ Os números também mostram que

²¹³ RODRIGUES, Bettencourt. *Op. cit.*, p.85-86.

²¹⁴ FLORENTINO, Manolo, MACHADO, Cacilda. “Imigração portuguesa e miscigenação o Brasil nos séculos XIX e XX: um ensaio”. In: LESSA, Carlos. *Op. cit.*, pp. 91-112.

²¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 107.

²¹⁶ KLEIN, Herbert S. “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”. *Análise Social (Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)*. Quarta série, volume XXVIII (121), 1993 (2º), pp. 235-265.

aquilo de que a máquina europeia não tinha necessidade (ou que não conseguia integrar) podia dispersar-se sobre esses espaços-continentes que, ou pertenciam (por assim dizer) à Europa, ou estavam inseridos havia muito tempo no sistema da economia europeia: o Brasil, o México, a Argentina e, naturalmente, os Estados Unidos. É então que, no seu conjunto, a Europa se torna um continente de emigrantes. Ela livra-se dos pobres para que se tornem ricos (ou menos pobres algures). (...) A grande vaga migratória do fim do século passado e do princípio do nosso século dá o último retoque à imagem do emigrante europeu. É aquele que parte de sua casa para ir trabalhar onde muitas vezes tinha sido senhor.²¹⁷

Por ser tão expressiva, era natural que a imigração portuguesa para o Brasil fosse permeada de acontecimentos que, temporariamente, traziam-na para o debate político das relações luso-brasileiras. Foi tamanha a complexidade do movimento emigratório e eram tantos os interesses em jogo, tanto da parte do estado brasileiro como de Portugal, no início do século XX, que o fato mereceu a atenção de muitos estudiosos. Para auxiliar a análise da questão, há três obras em que o autor, sem pretensão historicista, avalia com riqueza de informações e de reflexões as relações luso-brasileiras no contexto da emigração portuguesa para o Brasil. Trata-se dos livros *A emigração portuguesa para o Brasil* (1913), *O Brasil e a emigração* (1913) e *Brasil e Portugal: apontamentos para a História das relações dos dois países* (1914), do jornalista brasileiro Moreira Telles. As obras trazem reportagens publicadas em jornais, a partir de 1913, e neles o jornalista analisa o que foi escrito sobre as condições de vida dos emigrados portugueses no Brasil.

Nos textos, Telles acusa a imprensa de Lisboa de impetrar uma campanha de difamação do Brasil, em diversos jornais de grande circulação daquele país, assumindo-se como porta-voz dos emigrantes. O jornalista responsabiliza os jornais *A Capital*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *Ilustração Portuguesa*, *Sindicalista*, *Socialista*, *Voz do Operário*, *Terra Livre*, e outros, por fomentarem imagens negativas do Brasil em Portugal, ao apontarem o país como lugar onde faltava trabalho para o emigrante e eram péssimas as condições de sobrevivência.

Telles argumenta que em Portugal atribuíam essa “campanha” a uma retaliação da imprensa portuguesa contra o que se escrevia nos jornais do Rio de Janeiro sobre a República, recentemente proclamada. “É simplesmente ingênua tal

²¹⁷ LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gadiva, 1999, p. 49.

desculpa porque essas críticas são feitas, ou em jornais de propriedade e direção portuguesas – como *O Paiz*”, ou eram opiniões na verdade emitidas por jornalistas portugueses “no legítimo direito de crítica à política do seu país”, ²¹⁸ que trabalhavam nas folhas do Rio. Para ele, tal atitude azedava a relação entre os dois países e prejudicava o que considerava realmente importante: o aumento da emigração para o interior do Brasil, a fim de incrementar e fomentar a agricultura no país, promover o povoamento do vasto território e evitar a “desnacionalização” do Brasil pela imigração de outras nacionalidades não-portuguesas.

Segundo Telles, o governo brasileiro, após a promulgação da lei de Povoamento do Solo, de 19 de abril de 1907, ²¹⁹ que concede aos colonos terras para cultivo com longo prazo para pagamento, criava condições para que o imigrante se estabelecesse em solo brasileiro em pequenas propriedades rurais. Para o jornalista, a difamação da corrente emigratória portuguesa desnudava o que não se queria admitir: a péssima qualidade de vida em Portugal e, principalmente, a precária industrialização do país, o que impedia a indústria local de gerar empregos e estimular o aperfeiçoamento da mão de obra, como também de produzir e exportar produtos de qualidade igual ou superior a dos concorrentes europeus. ²²⁰ Diz ele ainda sobre a “campanha” da imprensa portuguesa:

para *O Século*, o Brasil é uma “terra safara, calvário de emigrantes”, onde o português morre de fome. Já vem de longe o conceito de que Portugal não precisa do Brasil, para empregar os braços das populações rurais que desejam emigrar. Mas é evidente que o norte de Portugal progride com o ouro que do Brasil se exporta anualmente, a troco do trabalho desses emigrantes. Argumentam porém, os nossos adversários, com o número cada vez mais pequeno de fortunas nababescas, adquiridas por negociantes portugueses no Brasil, e com o fato de o emigrante não ter as facilidades antigas no comércio, que o tornavam rico, em poucos anos. Nas grandes praças do Brasil, o comércio é bastante diferente, e o emigrante português mal preparado, e por vezes analfabeto, encontra a concorrência esmagadora dos italianos, espanhóis, alemães, ingleses e franceses que, nas escolas das suas terras, estudaram com cuidado a especialidade a que se dedicam. Em tais condições torna-se difícil ao português, triunfar rapidamente, como nos tempos áureos do comércio português no Brasil, há trinta ou cinquenta anos passados. ²²¹

²¹⁸ TELLES, Moreira. *Brasil e Portugal: apontamentos para a História das relações dos dois países*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1914, pp. 89-90.

²¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 52.

²²⁰ *Idem, ibidem*, p. 112.

²²¹ *Idem, ibidem*, pp. 110-111.

Se a imprensa culpava o Brasil pela situação de penúria dos emigrantes, era porque desconhecia a nova conjuntura do país, as mudanças no gosto do consumidor brasileiro e não percebia a ausência de uma política emigratória eficaz por parte das autoridades portuguesas. Para Telles, o governo lusitano seria o principal responsável pela situação, pois deveria canalizar os emigrantes, a maioria proveniente das províncias rurais do norte de Portugal, para o sul do Brasil, onde encontrariam um clima semelhante ao de suas terras e uma lavoura já estabelecida. Ao contrário, os emigrantes, por ignorância e desconhecimento, rumavam para o Rio de Janeiro e para São Paulo deparando-se com patrícios, brasileiros e mesmo imigrantes de outras nacionalidades mais bem preparados para o trabalho no comércio e nos serviços urbanos. “Tornava-se necessário combater o erro gravíssimo do emprego da corrente emigratória no comércio, que não tendo escoamento para número tão elevado de braços, originava a repatriação, descreditando os recursos do país”.²²² Telles ressalta igualmente que

tornava-se pois urgente aperfeiçoar o pessoal das casas portuguesas para poder ombrear com o emigrante francês, inglês ou alemão que, falando também o português, ia monopolizar a escrituração deixando ao português somente o balcão. Mesmo aí, o emigrante, que sempre viveu no campo, na lavoura das suas terras, não pode fazer carreira. Não encontrando trabalho por não ter preparação, este emigrante não procura a nossa agricultura e volta a Portugal com notícias falsas do Brasil, porque não conseguiu viver no comércio que nunca tentara na sua terra – nem tenta no regresso.²²³

Segundo ele, o aumento da emigração portuguesa, de interesse do Brasil, poderia ser negociado em troca de compensações aduaneiras aos vinhos e azeites de Portugal, com a ressalva de que tal protecionismo não gerasse descontentamento por parte de outras nações com as quais o Brasil mantinha bom relacionamento comercial na importação destes produtos. Considera que países como França, Itália e Espanha colaboravam com a intensa corrente emigratória para o Brasil, concorrendo para a resolução do problema do povoamento do extenso território nacional. Além disso, com suas linhas de navegação para o Brasil (Itália e França), não apenas contribuíam para o desenvolvimento do comércio brasileiro nas costas do Atlântico e no Mediterrâneo, como também

²²² TELLES, Moreira. *O Brasil e a emigração*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1913, 47.

²²³ TELLES, Moreira. *Brasil e Portugal*: apontamentos para a História das relações dos dois países. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1914, p. 110.

consumiam anualmente dezenas de milhares de contos dos principais produtos de exportação do Brasil. Enquanto isso, a corrente emigratória era o único elemento “sério” da propaganda dos gêneros da exportação portuguesa (pois o elevado número de portugueses residentes no país aumentava o consumo interno dos produtos originários de Portugal). Diz ele:

basta ver o grande desenvolvimento do comércio italiano e do comércio espanhol em S. Paulo e Rio de Janeiro, colocando vinhos e azeites com geral agrado dos consumidores destes estados, que durante dezenas de anos foram verdadeiros feudos do comércio português. Os azeites italianos começam a ser preferidos pela magnífica apresentação, qualidade e persistente conservação do tipo primitivo. Isto sem tarifas favoráveis, estipuladas num desejado tratado de comércio (...).²²⁴

Sendo assim, a sugestão então defendida pela “Comissão Luso-Brasileira”, de uma linha de navegação luso-brasileira e de um porto franco em Lisboa para a comercialização dos produtos do Brasil na Europa soava como uma iniciativa ingênua para Telles. A linha de navegação seria proveitosa se a consequente queda no custo do transporte barateasse os produtos portugueses no Brasil e desde que estes também passassem a ser vendidos “sem fraudes e com requisitos modernos de uma apresentação elegante, como o fazem, há muito tempo, os exportadores franceses, italianos, espanhóis, alemães, etc”.²²⁵ Continua ele,

infantilidade será pensar-se que todos os nossos gêneros podem ser transportados para Lisboa pelos paquetes da futura companhia portuguesa de navegação para o Brasil, pois dos projetos se vê claramente que é muito deficiente o programa da frota em estudo. Demais, os centros europeus, consumidores dos gêneros brasileiros, continuarão a comprar diretamente nos nossos portos os artigos de que carecerem, ficando os depósitos do porto franco a servirem exclusivamente o comércio português que em 1911 nos comprou mercadorias no valor de 1.372 contos fortes e em 1912 apenas 425 contos!²²⁶

Nesse debate, em que a crítica sensata de Moreira Telles avalia os interesses políticos e econômicos em conflito, o autor ressalta ainda uma questão que seria um dos pontos nevrálgicos das relações luso-brasileiras naquele período: as remessas financeiras dos emigrantes portugueses para a terra natal. Essas remessas representavam não apenas a salvaguarda da prosperidade portuguesa,

²²⁴ TELLES, Moreira. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1913, p. 25.

²²⁵ TELLES, Moreira. *Brasil e Portugal: apontamentos para a história da relação dos dois países*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1914, p. 115.

²²⁶ *Idem, ibidem*, p. 116.

uma vez que o país não oferecia condições dignas de sobrevivência à população, tanto no campo como nas cidades, como ajudavam a equilibrar as finanças do país, profundamente rural e sem investimentos estatais que favorecessem o incremento da base industrial. “Os emigrantes que anualmente procuram o Brasil e outros países da América do Sul são levados pela miséria, ou pela justa ambição de melhorar de vida que nas suas terras se torna difícil por mil causas variadas”,²²⁷ explica Telles.

A questão defendida por Moreira Telles é que o Brasil de fato precisava de braços para a agricultura e necessitava povoar o imenso território com imigrantes que falassem o mesmo idioma e comungassem a mesma religião, os mesmos costumes e tradições dos brasileiros, como condição para o fortalecimento da unidade nacional. “Portugal terá a ganhar com a sua corrente emigratória regularizada, e o Brasil irá modificando, pouco a pouco, a situação nos estados do sul, com a concentração do elemento português nas culturas férteis do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”,²²⁸ analisa Telles.

Para ele, a proposta de Consiglieri Pedroso tinha um único objetivo: afastar o “perigo alemão e o perigo italiano”, que ameaçavam o futuro do comércio português no país. Por outro lado, cabia ao Brasil afastar “utopias de tratados descabidos”, a fim de “produzir alguma coisa de útil, tratando sobre emigração, quando ela nos traga compensações no trabalho agrícola, e venha fortalecer a nossa língua nos centros onde predominam as raças não latinas”.²²⁹ Enfim, Telles lamentava que os portugueses residentes no Brasil não tivessem se pronunciado sobre a polêmica veiculada nos jornais de seu país e considerava que se estas questões não fossem tratadas com seriedade por ambos os lados e, principalmente, por Portugal,

a cordialidade de relações entre os dois países estará quebrada e por muito tempo. Os artigos violentos dos jornais fluminenses excitarão o patriotismo brasileiro, e na campanha para a sucessão presidencial que no horizonte da política brasileira começa a desenhar-se, o povo irá escolher o candidato que mais lhe convier dentro do partido jacobino, aquele que melhor saiba continuar a política do sempre lembrado Floriano Peixoto.²³⁰

²²⁷ *Idem, ibidem*, p. 71.

²²⁸ *Idem, ibidem*, p. 65.

²²⁹ *Idem, ibidem*, p. 66-68.

²³⁰ TELLES, Moreira. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1913, p. 21.

3.6.

A “capacidade colonizadora” do português e o mito do retorno triunfal

Por todas essas questões acima expostas, a emigração portuguesa para o Brasil no final do século XIX e início do século XX merece mais uma breve apreciação. Isto porque ela estava atrelada ao imaginário de construção do império português e à capacidade daquele povo de disseminar seu gene por todas as regiões do globo onde havia chegado. Somava-se a isso a difusão de uma imagem do Brasil como terra de fortuna fácil, imagem essa de raízes muito antigas no imaginário popular português. O Brasil era o lugar de onde o imigrante português partia rumo à terra natal na condição de proprietário – e por isso recebia a alcunha de “brasileiro” – o que favorecia a mitologia do retorno triunfal, que ainda hoje em parte impulsiona os movimentos emigratórios por todo o mundo. No caso da emigração portuguesa para o Brasil, ela inseria-se em um novo contexto, pois, como já mencionado, as remessas dos emigrados equilibravam a balança de pagamentos do estado português, de outro modo deficitária. Tal situação escamoteava um fator socioeconômico que não se queria revelar: a subordinação de Portugal ao Brasil, situação a qual Miriam Halpern Pereira explica com clareza:

rapidamente as “remessas” vieram a tornar-se num dos suportes financeiros fundamentais do Estado. A desigualdade das trocas comerciais, devida à prioridade concedida ao desenvolvimento da agricultura para a exportação e à reduzida proteção à indústria seria compensada parcialmente pelas divisas dos “brasileiros”. Escondendo o desequilíbrio comercial de Portugal, a emigração constitui um dos fatores que possibilitou uma política desfavorável à industrialização, agravando assim a dependência externa. Inicialmente resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo, a emigração contribui para a sua permanência.²³¹

Os jornalistas portugueses que propagavam a tal situação de penúria dos patrícios deslocados para o Brasil pelo visto não percebiam que a emigração escamoteava a dependência externa e, com sua “campanha” nos jornais de grande circulação, eximiam o estado português de responsabilidade pela expulsão dos jovens, sem qualquer oportunidade de trabalho. Enquanto a emigração, como ressaltou Miriam Pereira, denotava o privilégio concedido pelo estado português à

²³¹ PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo Edições Ltda., 1981, pp. 14-15.

agricultura de exportação, a imprensa daquele país, ignorando esse pormenor, exagerava nas tintas quando se ocupava da situação dos portugueses no Rio de Janeiro. Paulo Barreto, agora sob o pseudônimo de Joe, não deixa passar despercebida a atitude dos jornalistas portugueses. Diz ele na coluna “Os dias passam”, na *Gazeta de Notícias*:

no *Século*, o correspondente assegura que do Café Jeremias, isto é, da rua S. José, à Casa Sympatia, isto é, à rua do Rosário, o trecho mais movimentado da Avenida, onde o movimento é dez vezes maior que o do Chiado (...) há uma filha de portugueses pedindo esmolas. Mas esse correspondente perderia o juízo? Para que mentiras assim, disparatadas e antipáticas? Pode haver uma crise de trabalho. Tais crises são fatais em todos os países, depois de grandes períodos de atividade. Mas essa história de fila de mendigos é um carapetão idiota. Isso tudo não pode alterar a sincera cordialidade dos dois países.²³²

O fato que o jornalista parece sublinhar é que tais afirmações da imprensa portuguesa eram irresponsáveis, pois denegriam a imagem do Brasil em Portugal de forma leviana e prejudicava a relação entre os dois países, tão cara aos homens de letras, como João do Rio, que combatiam a intolerância e o preconceito de ambos os lados do Atlântico. Além disso, fica claro que, para o emigrante oprimido pela miséria em seu país, questões relacionadas ao transporte para o Brasil, ou às condições de trabalho a que se sujeitavam (muitos trabalhavam em troca roupa, alimentação e moradia, dormindo muitas vezes embaixo dos balcões e em cima de sacos, no próprio estabelecimento comercial de um patrício),²³³ contavam menos do que a urgência em dispor de meios de sobrevivência com mais dignidade. Ao que tudo indica, a emigração era mais atrativa do que a permanência. Observe-se outra vez a reflexão de João do Rio sobre a penúria da população lisboeta e os motivos da emigração volumosa da população rural para o Brasil. O quadro é tão assustador que o jornalista dedica um capítulo de *Portugal d'agora* ao tema, intitulando-o “A miséria em Lisboa”. Nele acentua a decadência do país, principalmente da capital, incapaz de oferecer oportunidades à população e de atrair e reter os homens dispostos ao trabalho:

e são então os larápios, os rufistas, os gatunos, os assassinos. Esses não emigram. Portugal é um país forte a que fenômenos econômicos de há longos anos e

²³² Joe. “À margem do dia”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 18/03/1914.

²³³ MATOS, Maria Izilda Santos de. “Entre o lar e o balcão”. *Convergência Lusíada*, nº 21. Revista do Real Gabinete Português de Leitura, 2005, p. 242.

mesmo séculos vem trazendo a depauperante emigração, individualmente rendosa, mas para a pátria desastrosa. O número de habitantes por quilômetro é insignificante apesar da estatística de nascimentos evidenciar um acréscimo contínuo de natalidade. Mas os simples, os do campo, os verdadeiramente fortes é que partem. Os da cidade ficam. Não há milhões de africanistas, nem a clássica árvore das patacas brasileiras que os tentem.²³⁴

A depauperante emigração a que João do Rio se refere esvaziava o país e desnudava o contexto econômico decadente de Portugal. A emigração tornava-se, desse modo, rentável para as famílias rurais e retirava do país os que haviam sido vencidos pela falta de oportunidade, mas ainda não seduzidos pela criminalidade no meio urbano. Por sua vez, a rede de agências engajadas na transferência de portugueses para além-mar cuidava para que levas de portugueses rumassem em busca da sobrevivência, ou mesmo da fortuna. Para esse fim, burlava a aplicação da legislação, tanto nos seus aspectos repressivos como nos seus propósitos de proteção ao emigrante.

“Os emigrantes eram conduzidos aos proprietários que haviam encomendado a mão de obra e a quem os engajadores cobravam uma soma igual ao duplo ou triplo do preço da passagem”,²³⁵ explica a historiadora Miriam Pereira. Contraindo essa dívida com o patronato assim que colocava os pés no Brasil, o emigrante iniciava sua vida laboral em uma situação de dependência prolongada. A própria imprensa que acusava o Brasil de oferecer péssimas condições de vida ao emigrante “viria a ser utilizada para fazer publicidade do recrutamento de emigrantes”, tamanho o poder da teia de recrutamento e da “vasta engrenagem comercial luso-brasileira que envolvia as próprias estruturas administrativas”.²³⁶ Em outras palavras, a emigração era um negócio bastante lucrativo para os agenciadores. Mas nem todos compartilhavam essa bonança. É o que se pode notar na crônica sobre o destino do português José Espinha, retratado por João do Rio na *Gazeta de Notícias* em 24/06/1911, publicada posteriormente na coletânea *A mulher e os espelhos*:

José Espinha foi despachado pelo pai aos dez anos de idade para o Brasil. Era um garoto raquítico, enfezado, feio e talvez mau. (...) Quando saltou no Rio trazia consigo cinco réis. Andou uns oito dias a rolar, sem casa, sem pão, e sem vontade de pedir emprego. Um noite foi pegado a dormir sobre um banco. (...) mandaram-

²³⁴ RIO, João do. *Op. cit.*, p. 71.

²³⁵ *Idem, ibidem*, p. 25.

²³⁶ *Idem, ibidem*, p. 22-23.

no para a Detenção, onde deu entrada num enorme cubículo de que eram habitantes uns dez marmanjos de má cara, espanhóis, brasileiros, argentinos, portugueses.²³⁷

O emigrante pobre, quando conseguia escapar do destino de José Espinha pela intervenção e influência das redes sociais constituídas por patrícios já estabelecidos e bem colocados financeiramente no Rio de Janeiro, optava pelos empregos urbanos no comércio e nos serviços, sujeitando-se a todo tipo de trabalho e muitas vezes a condições precárias de vida em prol da acumulação e do envio de remessas. Para jovens portugueses pobres e suas famílias de perfil rural, compensava mais pagar a passagem para o Brasil do que a remissão do serviço militar em Portugal que, na época, segundo Miriam Pereira, representava de seis a sete anos sem trabalhar. De acordo com Herbert Klein,

as poupanças brasileiras dos emigrantes portugueses constituíram também um importante fator das relações entre os dois estados e do crescimento da economia portuguesa durante este período. O movimento de fundos através do Atlântico foi particularmente significativo no período entre 1870 e 1930, produzindo um impacto profundo na economia portuguesa. Calcula-se que nas duas primeiras décadas do século XX as poupanças geradas no Brasil e enviadas para Portugal por emigrantes portugueses se situaram, em média, entre (...) 3,6 e 4, 2 libras esterlinas por ano.²³⁸

O Brasil era um investimento bem mais seguro no longo prazo, pois simbolizava a promessa de envio regular de dinheiro para as famílias. Chegando ao Rio, esses jovens procuravam, sobretudo, o comércio em mãos de portugueses. Afinal, “os armazéns, cafés, bares, padarias, açougues, leiterias, confeitarias, quitandas, papelarias, armarinhos pertenciam, em sua maioria, a estes imigrantes, (...) um território que parecia estar sob o total controle desta nacionalidade”.²³⁹ A predominância portuguesa no pequeno comércio somava-se à numerosa presença destes imigrantes também nos serviços públicos, como companhias de trens elétricos urbanos do Rio, que os contratava como condutores. Constituíam igualmente uma força significativa entre os estivadores e entre os empregados da

²³⁷ “O milagre de S. João”. In: RIO, João do. *A mulher e os espelhos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990, p. 92.

²³⁸ KLEIN, Herbert. *Op. cit.*, p. 264.

²³⁹ FILHO, Almir Pita Freitas. “A colônia portuguesa na composição empresarial da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX”. In: LESSA, Carlos. *Op. cit.*, pp. 165-197.

indústria têxtil. Informações acerca da oferta de empregos e salários atrativos atravessavam o Atlântico, como se pode constatar:

Um sólido canal de intercâmbio bilateral de informações e ajuda exerceu um papel muitas vezes superior ao da propaganda oficial a favor ou contra a imigração. Esta propaganda sub-reptícia era o suporte concreto do imaginário e dos sonhos acerca das oportunidades, possibilidades e alternativas vislumbradas de melhores condições de vida e, até mesmo, de enriquecimentos que estariam à espera dos mais arrojados em além-mar. A correspondência familiar ou de vizinhos, rede informal e de parentesco, as cartas e notícias acerca dos sucessos obtidos por aqueles que se aventuraram, funcionavam como elementos de estímulo para a saída.²⁴⁰

Como consequência da política emigratória portuguesa, do incentivo à imigração de parte do estado brasileiro e do mito do retorno triunfal, dentre outras questões, a emigração para o Brasil atraiu um número expressivo de portugueses para Rio de Janeiro, capital federal, como já mencionado. A esperança de ascender socialmente sem o rompimento de laços econômicos e afetivos com a família, já que muitos vinham por incentivo de parentes aqui estabelecidos, instigava os jovens, principalmente solteiros e do sexo masculino, a optarem pela aventura ultramarina na ex-colônia. Com o deslocamento para o eldorado americano, eles também representariam uma extensão financeira da família portuguesa naquele distante além-mar, aonde não chegavam mais como senhores, mas tampouco exerciam o papel de colonizados, como a maioria dos negros continuava exercendo. Como parte desse processo de deslocamento, os emigrados criam

um espaço e um tempo cultural próprios, frutos da necessidade de conviverem com duas realidades diversas, aquela que deixaram para trás, mas que não conseguem “apagar” da memória, já que deixou marcas profundas na sua própria identidade cultural e social, e aquela com a qual entram em contato diário, da qual não se pode alienar sem o risco do isolamento e da estigmatização total. As suas estratégias de vivência social passam, portanto, por dois prismas, a manutenção dos laços que o ligam a Portugal, quer através do culto aos seus valores culturais no Brasil, quer por meio do contato com a terra natal, e a demonstração da sua inserção na sociedade brasileira, sobretudo em momentos nos quais o nacionalismo é contrário à presença do imigrante no país.²⁴¹

Se não era trágica e dramática a condição do emigrante português pobre, em vista dos laços parentais articulados para a sua fixação no novo lar, da língua e

²⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 172.

²⁴¹ PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal. A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora, 2000, pp. 17-20.

dos laços históricos entre a ex-metrópole e a ex-colônia, a emigração inextricavelmente baseava-se no abandono da pátria e, em muitos casos, na esperança do regresso triunfal, mesmo que para a maioria isso jamais se realizasse. Assim, a inserção na sociedade brasileira, atrelada à necessidade de manutenção de vínculos com as manifestações de sua identidade cultural e social tornam-se o exercício diário do emigrante em prol de sua sobrevivência financeira e da manutenção de sua memória afetiva. É compreensível que os portugueses desenvolvessem o veio comunitário e a união entre os seus como estratégias para superar os momentos em que a sua presença no país estrangeiro era fortemente questionada. Como explica Eduardo Lourenço,

a emigração (...) todos sabem bem que se trata de uma perda de substância do seu ser, uma hemorragia, a meio caminho entre a sangria salvadora e a sangria mortal. Todos sabem melhor ainda que a emigração é, simultaneamente, o sintoma e a sanção de um estado de desenvolvimento – absoluto ou relativo – ou de uma dissimetria grave no interior de um contexto econômico constrangedor como o destino.²⁴²

Tristeza e melancolia decorrentes da luta pela sobrevivência e da distância da pátria de origem estavam diretamente associadas ao destino dos emigrantes pobres, a quem João do Rio, atento àquela colônia, não foi indiferente, como deixa ver na crônica “Última noite”. No texto, relata a sina de Armando, imigrante português desempregado, entre tantos, sem oportunidades, sem futuro, e revela os pormenores da emigração que coloriam, neste caso sem a retórica esfuziante de tratados comerciais e enlances intelectuais, um cotidiano bastante sombrio, tanto para portugueses, como para brasileiros:

saiu e verificou que não tinha nada a fazer. Era um homem, completara vinte anos, conservava rijo o músculo e cheia de ambição a alma. Entretanto estava ali, na calçada, como um trapo, (...) sem trabalho, sem jantar, sem moradia. (...) E talvez no dia seguinte encontrasse um emprego. Oh! O emprego! (...) Nossa senhora! Como haveria de ganhar a vida, de comer, de dormir, de viver? Não haveria quem tivesse piedade de sua atroz agonia. (...) O trem continuava a galopar pelo campo dourado do sol. (...) Mas um solavanco desprende e o corpo caiu. E ninguém reparou naquele fim de vida.²⁴³

²⁴² *Idem, ibidem*, p. 48.

²⁴³ RIO, João do. “Última noite”, *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 3, 27-06-1908. A citação foi extraída do jornal a fim de acentuar a sensibilidade do cronista para as mazelas do quadro social na cidade do Rio, que atingia a todos, independentemente de raça ou nacionalidade. A leitura foi bastante prejudicada pelo estado de conservação do jornal.

Armando, como outros iguais a ele, foi uma vítima da emigração, essa prática “a meio caminho entre a sangria salvadora e a sangria mortal”, como belissimamente escreveu Eduardo Lourenço. Longe dos números da balança comercial, dos acordos internacionais entre os dois governos, ou das estratégias imperialistas consubstanciadas na “política lusitana” de Portugal, o movimento emigratório português deixa claro que as populações pobres pagaram pelos erros e as arbitrariedades dos poderes e das classes tradicionais. Seja no Brasil, seja em Portugal, a emigração de um lado, os protestos contra o predomínio português na economia urbana e a carestia de vida de outro, sem dúvida a conjuntura social desnuda as políticas de manutenção do poderio das elites oligárquicas.

A questão é que a industrialização incipiente e a agricultura de exportação, em ambos os lados do Atlântico, agravavam a pauperização e, conseqüentemente, acirravam a luta pela sobrevivência. Emigração em massa, poucas chances de colocação no mercado de trabalho urbano do Rio, o resultado eram os embates e a emergência, entre os nacionais, da aversão aos estrangeiros, vistos como usurpadores de vagas e de oportunidades. Juntam-se a isso a predominância da colônia portuguesa em diversos segmentos da atividade comercial, imobiliária, industrial e de serviços, práticas espúrias de domínio e enriquecimento por parte de alguns elementos desta colônia, e a afirmação da nacionalidade brasileira pelo viés do que fosse “próprio” e “original” do país. Estava pronto e bem condimentado o caldo da discórdia.

3.7.

Entre a “sangria salvadora e a sangria mortal”, cresce o antilusitanismo no Rio

A. da Silva Rego, no livro *Relações luso-brasileiras (1882-1953)*,²⁴⁴ explica que o recrudescimento do antilusitanismo no Rio de Janeiro, consubstanciado nos ataques à colônia portuguesa na imprensa e em *meetings* organizados nas ruas pelos acalorados nacionalistas xenófobos, era fruto da incontestável preponderância comercial e industrial destes imigrantes e de outros europeus, principalmente italianos e espanhóis. Nessa conjuntura, desfavorável

²⁴⁴ REGO, A. da Silva. *Relações luso-brasileiras (1882-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966.

aos brasileiros, de fato ocorriam abusos por parte dos portugueses. Um teria sido o de “a Junta Comercial do Rio de Janeiro, em mãos de portugueses, se recusar a admitir empregados não-portugueses”,²⁴⁵ explica Silva Rego. Tais atitudes, segundo ele, fomentaram a organização de uma forte corrente nativista no Rio, causa esta abraçada por inúmeros literatos e jornalistas nacionalistas. A questão, em geral, remontava ao quase monopólio comercial dos portugueses, principalmente na capital. Como explica Paul Adam, no livro *Les Visages du Brésil*, de 1914,

em pleno século XX, trinta ou quarenta mil negociantes portugueses, protegidos por uma legislação por certo que em demasia liberal, respeitadora do indivíduo e de seus atos, infligem a vinte e cinco milhões de brasileiros estas dificuldades e sofrimentos, uma política inteiramente favorável ao comerciante, à sua liberdade absoluta, aos seus planos de exploração.²⁴⁶

Em uma realidade na qual o comerciante português era privilegiado pelo que Adam classifica de política liberal e favorável aos seus planos de exploração, literatos, políticos e jornalistas, convictos de que a presença lusitana era a causa do atraso do Brasil, pois impedia a emergência do brasileiro como senhor de seu país, alimentavam as ações nativistas. Sentindo-se extorquidos, achacados, roubados, os nacionais acusavam os portugueses de práticas monopolistas, o que acendia o estopim latente do movimento antilusitano, sempre cercado de motivações mais econômicas do que culturais, que justificavam a lusofobia. Para o brasileiro, o português

é o “portuga”, o “galego”, uma designação que extrapola os limites geográficos portugueses. Na literatura aparece, por vezes, como habitualmente é caracterizado pela sociedade que o recebe, como um tipo avarento, que só pensa em ganhar dinheiro, sem muitos escrúpulos. No quotidiano, ele é visto como um “burro de carga”, trabalhando de sol a sol para amealhar fortuna e voltar para a sua terra, ainda que, freqüentemente, não o faça ou não consiga fazê-lo. Na realidade, ele é um imigrante, um “burro sem rabo” ou um comerciante, por vezes um conservador, “pé de boi” como afirmavam no século XIX, que vai diferir dos demais imigrantes de outras nacionalidades por falar a mesma língua do país de acolhimento, apesar de manter-se como um grupo próprio, dotado de um apurado senso associativo.

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 72.

²⁴⁶ *Apud* Silva Rego, *idem, ibidem*.

Diante de todos os estereótipos que estigmatizavam o português e alimentavam o preconceito para com esses imigrantes, torna-se compreensível que as perguntas que atormentaram os pensadores brasileiros no final do século XIX persistissem. Perguntava-se como lidar com a preponderância econômica portuguesa, como conviver com a incômoda herança e superar o “atraso” brasileiro. Quem seriam os responsáveis e o que poderia ser feito contra o sentimento de inadequação? Motivados por essas indagações, muitos literatos e políticos, na década de 1910, principalmente nos anos que antecederam e presenciaram a Primeira Guerra Mundial, e mesmo depois, revelaram uma efetiva preocupação em valorizar o sentimento patriótico como estratégia para fomentar no povo a idéia de que poderíamos superar o nosso malfadado atraso por meio de ações pontuais organizadas para esse fim.

Agora, o estímulo para a mudança não se daria pelo simples combate ao desconhecimento das peculiaridades da nação brasileira e a valorização da grandeza territorial e das qualidades das raças que constituíam o caráter nacional. “As novas bandeiras nacionalistas propunham um programa de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na salvação do país”.²⁴⁷ Assim, saúde e educação tornam-se os alicerces dessa nova mentalidade, que recusa as teorias científicas sobre a inferioridade racial e procura extinguir a pecha de “inferior” e “atrasado” que o país e o brasileiro carregavam.

Nesse sentido, a educação moral e cívica, dirigida ao público infantil, buscava fomentar o patriotismo nas crianças, por intermédio das obras de Olavo Bilac, Afonso Celso, Coelho Neto e Manuel Bonfim, entre outros. Naquele momento, “a educação estava sendo privilegiada como elemento central no processo de consciência do cidadão”,²⁴⁸ Saúde e educação tornam-se as peças-chave para a inserção do Brasil no rol dos países civilizados, como observamos na breve análise, no capítulo anterior, do pensamento de Alberto Torres e Manuel Bonfim, cujas idéias os uniriam em grupos nacionalistas dispostos a refletir sobre a nação do ponto de vista brasileiro.²⁴⁹

Por sua vez, campanhas de saúde pública foram realizadas pelos médicos sanitaristas no interior do país a fim de erradicar doenças que mortificavam

²⁴⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 145.

²⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 146.

²⁴⁹ *Idem, ibidem*.

milhares de brasileiros, como a malária e a febre amarela. A partir da intensificação das expedições científicas empreendidas por médicos do grupo de Oswaldo Cruz, vinculados ao Instituto Soroterápico de Manguinhos, “a saúde pública como base para a construção da nacionalidade permitiu que fosse abandonada a tese da inferioridade racial do brasileiro”.²⁵⁰ O que tais iniciativas traziam à tona e evidenciavam é que, como afirma Lucia Lippi,

o novo momento era de crítica. Criticavam-se as elites políticas e intelectuais por sua falta de consciência nacional, por sua postura diletante, por sua francofilia. A questão que se colocava era: como o Brasil podia ser tão pobre e atrasado se seu território era tão rico? Se a culpa de tal situação não era mais atribuída às raças e à mestiçagem – ainda que tal interpretação persistisse –, quem então poderia ser responsabilizado e o que teria que ser mudado?²⁵¹

Na tentativa de responder às questões que revelavam um país frágil perante tantos desafios, nascem os movimentos nacionalistas dispostos a levar o Brasil ao progresso e à modernidade, salvando-o da estagnação. Para os integrantes destes grupos, fortalecer as incipientes iniciativas em programas de saúde e de educação públicas, de um lado, e lutar por um governo forte, que praticasse o intervencionismo econômico do Estado, de outro, eram metas a serem alcançadas, se pretendíamos de fato superar o nosso malfadado “atraso”. Na opinião desses intelectuais, a falta de consolidação da brasilidade era também fruto do estilo de colonização aplicado no Brasil e dos persistentes laços culturais com Portugal, mantidos pela presença atuante da colônia portuguesa no Rio, bastante organizada do ponto de vista econômico, social, cultural e mesmo esportivo, como o confirmam as obras emblemáticas resultantes desse poder associativo.²⁵² Os movimentos nacionalistas decorrentes destas indagações vão atuar no sentido de combater essa presença, pois se percebia que “a preocupação em fundar tais instituições encontrava-se ligada também a necessidade de interferência política da comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro”.²⁵³

²⁵⁰ *Idem, ibidem.*

²⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 147.

²⁵² O Real Gabinete Português de Leitura, o Liceu Literário Português, a Beneficência Portuguesa, além de clubes, escolas, casas e associações. Sobre as associações portuguesas ver o interessante ensaio de Hiran Roedel “Comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro: mobilidade e formação de territórios”. In: LESSA, Carlos (org.). *Op. cit.*, pp. 117-143 e também SARAIVA, Arnaldo. *Op. cit.* pp. 90-91.

²⁵³ ROEDEL, Hiran. *Op. cit.*, p. 124.

Assim, surgem no Rio de Janeiro e em São Paulo associações políticas como a Ação Social Nacionalista, a Propaganda Nativista e a Liga da Defesa Nacional, além de periódicos de propaganda nacionalista, como as revistas *Gil Blás* e *Brasiléia*. Tanto as associações políticas como os periódicos apresentam Floriano Peixoto como patrono e programas semelhantes, baseados na educação cívico-patriótica, na defesa da moral, da religião católica e da soberania nacional, e deles fazem parte nomes como os de Jackson de Figueiredo, Afonso Celso, Álvaro Bomilcar, Alcibíades Delamare, Arnaldo Damasceno Vieira, Antonio Torres, entre outros.

Segundo Lucia Lippi, a Liga da Defesa Nacional, fundada em 7 de setembro de 1916, apoiava-se no patriotismo de Olavo Bilac e propagava o serviço militar, a educação e a defesa nacional. A Liga Nacionalista de São Paulo, criada em 1917, nasceu da Liga da Defesa Nacional e tinha como mote a alfabetização e o direito ao voto. Uma terceira tendência, que nasceria no Rio em 1919, ganharia expressão na Propaganda Nativista, chefiada pelo jornalista Álvaro Bomilcar, que em 1917 fundara um periódico de propaganda nacionalista, a revista *Brasiléia*.

Bomilcar divulgará sua “campanha” nacionalista e lusófoba tanto na *Brasiléia* quanto na *Gil Blás*, que será lançada em 1919, sob a direção de Alcibíades Delamare. Como decorrência desse movimento, o ano de 1920 verá o surgimento da Ação Social Nacionalista, cujo presidente e fundador será Afonso Celso e o presidente de honra Epiácio Pessoa. O conteúdo programático destes movimentos como também a linha editorial dos periódicos estavam baseados, grosso modo, na religião católica como sustentáculo do ideário nacionalista; na nacionalização do comércio, da imprensa, do teatro brasileiro e na defesa da língua, contra qualquer estrangeirismo.

Textos publicados por diferentes autores em ambas as revistas chegam inclusive a propor que o Brasil, como integrante do Novo Mundo, passasse a considerar a descoberta como um empreendimento do navegador genovês Cristóvão Colombo, e que a chegada de Cabral ao Monte Pascoal dera-se por um erro de roteiro. Tanto os movimentos políticos como as publicações que os apoiavam sustentavam o lema dos jacobinos e florianistas: “O Brasil para os brasileiros!”. Examinemos, portanto, as publicações, cujos conteúdos editoriais

reverberavam as palavras de ordem e os ideais jacobinos dos integrantes dos movimentos políticos citados, muitos dos quais colaboravam naquelas revistas.

Dirigida por Álvaro Bomilcar e Arnaldo Damasceno Vieira, *Brasiléia* contava com a colaboração de Jackson de Figueiredo e de Afonso Celso. Criada durante a Primeira Guerra Mundial, a revista circulou de janeiro de 1917 a junho de 1918, sendo relançada em agosto de 1931.²⁵⁴ Em seu programa, publicado na edição de lançamento, o patriotismo dá a tônica do que será veiculado: “nas colunas desta revista terão ingresso e serão carinhosamente acolhidos todos os trabalhos de todos os intelectuais daqui e dos Estados. Condição precípua: que sejam exclusivamente inspirados nos moldes do puro patriotismo”.²⁵⁵ Conseqüentemente, o nativismo, o nacionalismo e o antilusitanismo serão as bandeiras que motivarão seus colaboradores. Segue abaixo o programa da revista:

- 1º - Manter a religião católica, apostólica romana;
- 2º - Nacionalizar, quanto possível, o Brasil, estudando as nossas forças econômicas, a nossa capacidade étnica, desenvolvendo as nossas energias pela educação militar, nacionalizando o comércio a retalho; nacionalização absoluta da imprensa;
- 3º - Sustentar a todo o transe a ordem constitucional republicana;
- 4º - Fazer a propaganda do Brasil dentro do Brasil;
- 5º - Estreitar a federação política e espiritual, divulgando a obra eminentemente pura e piedosamente humanista do maior pensador brasileiro, o insigne filósofo Raimundo de Farias Brito.²⁵⁶

Ao adotar estes preceitos como norte, a publicação irá lutar contra o monopólio lusitano no comércio e na imprensa, propagar as ações sociais, artísticas, científicas e econômicas²⁵⁷ criadas em solo nacional, conclamar o brasileiro a honrar e prestigiar o que é próprio do país e aceitar a imigração somente quando dirigida para o campo. Neste sentido, o discurso antilusitano da publicação reforçará intensivamente a defesa da nacionalização do comércio e da

²⁵⁴ Não analiso todo o conteúdo de *Brasiléia*, nem de *Gil Blás*. Mônica Pimenta Velloso fez um levantamento precioso destas publicações, e Lúcia Lippi Oliveira analisou a linha editorial e os artigos publicados nestas revistas. Tampouco avalio as propostas políticas dos movimentos nacionalistas. Minha intenção é refletir sobre a propaganda antilusitana veiculada nas edições dos anos de 1917 e 1918 de *Brasiléia*, e de 1919, 1920 e 1921 de *Gil Blás*.

²⁵⁵ *Brasiléia*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 10, pp. 467-71, out. 1917.

²⁵⁶ *Idem, ibidem*.

²⁵⁷ *Brasiléia*, Rio de Janeiro, pp. 3-4, vol. 1, nº 1, jan. 1917.

imprensa.²⁵⁸ Seu mentor e diretor, Álvaro Bomilcar, havia publicado um ano antes o livro *Preconceito de raça no Brasil*, em que antecipa as idéias que veiculará na revista. Neste livro, Bomilcar afirma: “no Brasil rende-se um culto exagerado a Portugal. Oficialmente, como particularmente, continua a ser considerado o Pai do Brasil, o povo irmão, e quejandas amabilidades! E Portugal continua a ser a metrópole, com todo o arreganho e tirania ditatoriais”.²⁵⁹ Como diretor de *Brasiléia*, não mudará o tom no ataque aos portugueses e às iniciativas em prol da aproximação entre os dois países:

se quisermos fazer uma síntese do nosso pensamento, resumindo as palavras do nosso credo religioso e político, teremos pela ordem lógica: Deus, acima de tudo; Pátria e Lar, como concepções decorrentes. E, como não concebemos a Pátria com Deus e o Lar sem Pátria para que o Brasil seja forte, é preciso manter a unidade religiosa, com o catolicismo, ajustando à nossa constituição uma ligeira reforma que admita o ensino religioso nas escolas primárias.

Respeitemos a República.

Nacionalizemos o nosso comércio, libertando o povo da inaudita opressão do comércio e da imprensa lusitanas.

Para tal a realização imediata do artigo 3º da nossa constituição, transferindo a Capital da República para o planalto de Goiás, a fim de que a nacionalidade adquira a consciência de si mesma, para que não sejamos mais os “portugueses da América”, como o pretendem esses inconscientes arautos da boçalíssima idéia de uma “Confederação luso-brasileira”!²⁶⁰

O “credo religioso e político” estabelece como tríade ideológica de *Brasiléia* Deus, Pátria e Lar, ou seja, um estado alinhado ao catolicismo, republicano, nacionalista e regulador, contra o liberalismo econômico das classes dirigentes. A mesma linha ideológica atribuía à transferência da capital para o Planalto Central, para o “umbigo” do território, o poder de livrar o Brasil da ameaça estrangeira, personificada na figura do português usurpador, que já havia “dominado” o litoral, poder esse confirmado pelo monopólio que os portugueses exerciam na economia urbana do Rio de Janeiro.

No que tange à “boçalíssima” Confederação Luso-Brasileira, esta foi sugerida por Bettencourt Rodrigues em 1917, em inquérito publicado na *Atlântida*. O inquérito, conduzido por João de Barros, incluiu entrevistas com diversos intelectuais sobre a constituição da referida unidade política entre o

²⁵⁸ A análise, nos próximos capítulos, da revista *Atlântida* e do jornal *A Pátria*, ambos dirigidos por João do Rio, e a questão de a imprensa no Rio estar em mãos de portugueses serão tratadas ainda com atenção.

²⁵⁹ BOMILCAR, Álvaro. *Preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: s/editora, 1916, pp. 52-56.

²⁶⁰ BOMILCAR, Álvaro. *Brasiléia*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 10, pp. 474-75, out. 1917.

Brasil e Portugal. A sugestão de Bettencourt Rodrigues ressuscitava a proposta infrutífera de Consiglieri Pedroso e trazia à baila, mais uma vez, a idéia de uma união entre as duas repúblicas federativas, agora para a formação de um único bloco étnico, mais forte e poderoso em termos econômicos, políticos e comerciais. Esta polêmica será tratada no próximo capítulo.

Compare-se o que Álvaro Bomilcar escreve na revista com o que publicara em *Preconceito de raça no Brasil*. A linha de pensamento é a mesma, a saber, a luta contra a ditadura lusitana no comércio e na imprensa e a defesa da expansão agrícola do país, que somente para esse fim deveria promover e estimular a imigração. A vertente lusófoba é clara, já revelando o tom inflamado que caracterizaria a bandeira do movimento, notadamente jacobino:

o português, influindo prodigiosamente no espírito brasileiro, assenhorando-se, cautelosamente, da imprensa da capital, tem, sempre, procurado afastar a concorrência de outros povos no Brasil, impedindo, com a propaganda tenaz, a expansão comercial e as nossas relações de amizade com as outras nações. (...) Isso como meio de manter o domínio, monopólio e exploração deste imenso território. (...) Admitindo, porém, para argumentar, que as duas nações prósperas (Alemanha e EUA) e fortes, acima citadas, pretendessem, com efeito, anexar o Brasil, militarmente ou pacificamente, e tal conseguissem, que resultaria? A primeira conseqüência seria o progresso; mas um progresso sem limites, porque no Brasil pode afirmar-se, sem receio de contradita, só um entrave tem embaraçado o nosso progredir: - a influência perniciosa do português.²⁶¹

O português impedia, segundo ele, as relações de amizade com as outras nações, e a nossa expansão comercial. Seria mesmo assim? Como vimos anteriormente na análise da obra do jornalista brasileiro Moreira Telles, e mesmo na avaliação que o economista português José Barbosa faz do “Acordo Luso-Brasileiro”, havia mentes bastante lúcidas e atentas para as relações comerciais entre o Brasil e Portugal. O próprio João do Rio, ao transcrever tanto os itens do “Acordo” como as considerações de Barbosa sobre ele em *Portugal d’agora*, mostra-se um interlocutor bastante acurado e defensor incondicional dos interesses do Brasil, no que tange tanto à imigração quanto às relações comerciais. Quanto às condições de vida do imigrante, ao que parece a falta de emprego não afetava apenas brasileiros pobres, mas também indivíduos de outras nacionalidades.

²⁶¹ BOMILCAR, Álvaro. *Preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: s/editora, 1916, pp. 57-59.

Prova disso foram as crônicas e reportagens em que Paulo Barreto analisa os conflitos, sabendo inclusive criticar a imprensa de Lisboa e sua pouca informação sobre a situação dos emigrantes portugueses no Rio de Janeiro. Pode-se indagar também como é possível Álvaro Bomilcar rechaçar a dominação portuguesa, falar em ditadura e monopólio e, em contrapartida, apoiar a dominação do Brasil por outros povos, os norte-americanos ou alemães, militarmente ou pacificamente, e compreendê-la como sinônimo de progresso sem limites. É, no mínimo, muito parcial e contraditório, inclusive o fato dar tanta importância à dominação portuguesa, a quem justamente negava importância. A questão é que ao Brasil faltava resolver seus complexos colonialistas e anticolonialistas e oferecer à população, principalmente urbana, condições de sobrevivência, o que a política econômica do governo, fruto da prática capitalista de então, não permitia.

Observe-se, por hora, a defesa da nacionalização do comércio empreendida pela revista. Os diretores de *Brasiléia* publicaram uma série de artigos sobre o tema, defendendo a eliminação da presença portuguesa nesse ramo de atividade, que, como visto, era visível e estatisticamente majoritária no Rio de Janeiro. Vale destacar o que um dos articulistas da revista, Félix Amélio, escreveu em vários textos intitulados “A nacionalização do comércio”:

a se aproveitarem da letargia indígena, procurando enraizarem-se absolutamente nos balcões, onde a balança – escárnio trabalha sob ligeirezas desses 98% de açambarcadores prepostos, os profissionais refinados da ganância e do veneno, das falsificações e das burlas – vão enxotando, sistematicamente, o complacente brasileiro para o desvão de sua incúria moral.²⁶²

Continua ele:

ao brasileiro, de começo, só lhe permitia a plantação da cana, da mandioca, do algodão, etc. Sendo o comércio uma fonte de riqueza certa, ficou este entregue exclusivamente aos portugueses que então adquiriram as ferramentas, as fazendas, a manteiga, o queijo, tudo enfim, para vendê-los a retalho. Os preços dos produtos da lavoura em geral, como o dos objetos vindos de Portugal, eram regulados e impostos ditatorialmente. (...) Nós não advogamos a guerra exclusivista de ficar o comércio a retalho em mãos de brasileiro, (...) bastando que ponhamos em fato as regras usadas por outros governos. É o que nos resta apresentar à crítica dos competentes.²⁶³

²⁶² AMÉLIO, Félix. “A nacionalização do comércio”. *Brasiléia*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, pp. 72-73, fev. 1917.

²⁶³ AMÉLIO, Félix. “A nacionalização do comércio”. *Brasiléia*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 3, pp. 102-104, mar. 1917.

A solução para o predomínio injusto dos portugueses, “profissionais da ganância e do veneno, das falsificações e das burlas”, seria tirar-lhes as vantagens do monopólio que exerciam no comércio varejista, estabelecendo regras de regulamentação desta atividade. A questão é que este tipo de controle dava-se pelo viés da nacionalidade, e não pela investigação dos motivos que permitiam as práticas comerciais duvidosas e dificultavam ou impediam os nacionais de adquirir estabelecimentos neste ramo da atividade econômica urbana. A solução supostamente a contento para extirpar ou reduzir o poder do português no comércio era a criação de uma “Associação de Cooperativas Nacionais”. Esta associação de cooperativas, idéia tomada de empréstimo da Inglaterra, teria a função de “moralizar” o comércio, garantindo ao brasileiro um lugar onde exercer a sua atividade, extinguindo a ditadura que controlava preços e reservava ao exportador português vantagem para a comercialização dos produtos advindos de seu país. A proposta prega a defesa incondicional dos interesses nacionais, como se pode observar:

e a exemplo da Inglaterra que, em novembro do ano findo e sob o patrocínio dos grandes da Corte, criou 12 ligas ou associações para o fim patriótico de se defender da concorrência alemã, visando especialmente fiscalizar e denunciar casas alemãs sob nomes simulados; impedir que os ingleses comprem produtos alemães; impedir que as casas inglesas empreguem como viajantes os alemães, etc., etc., - pensando em tudo isso também o Brasil deve criar a sua: “Associação de Cooperativas Nacionais”. Para o fim de moralizar o comércio; valorizar a produção nacional; garantir ao brasileiro um lugar onde exercer a sua atividade; limitar ao estritamente necessário o funcionalismo público; fazer desaparecer as irregularidades nos fornecimentos às repartições públicas; evitar as falsificações de gêneros; fazer respeitar, escrupulosamente, a lei sobre pesos e medidas em todo o país, acabando-se de vez com a balbúrdia reinante, donde provém a criminosa extorsão. Disto tudo advirá ao trabalhador e ao trabalho nacionais um valor que até hoje só tem sido depreciado.²⁶⁴

Brasiléia manteve esse tipo de “campanha” em artigos sobre a atividade comercial e também sobre outros azedumes que acirravam o debate em torno da presença portuguesa no país. O estrangeirismo na língua, na arte, nos costumes, na indústria; as iniciativas do luso-brasilismo, consideradas usurpadoras da liberdade de pensamento nacional; a imigração para as cidades, quando deveria ser direcionada para o interior do Brasil, fato que estimulava a predominância portuguesa no comércio a retalho e fazia crescer um perfil de negócio tipicamente

²⁶⁴ *Idem*, vol. 1. nº 6, pp. 255-61, jun. 1917.

português, as tascas, quitandas e casas de pasto, consideradas imundas e vergonhosas para o comércio da capital; a nacionalização da imprensa, visto alguns jornais pertencerem à colônia portuguesa, ou neles trabalharem muitos lusitanos. Álvaro Bomilcar, em artigos inflamados, mantinha o tom dos ataques aos portugueses, sempre os culpando por todos os males do país. Em resposta a um texto de Medeiros e Albuquerque publicado no jornal *A Noite*, em que este acusa *Brasiléia* de propagar um “nacionalismo suspeito”, sugerindo inclusive que a “campanha” nacionalista da revista era sinal de sua não assumida germanofilia, afirma:

vejamos agora as outras questões: a nacionalização do comércio a retalho e a nacionalização da imprensa. Foram elas a base do nosso programa – antes da guerra. (...) Essas questões de nacionalismo do comércio a retalho e da imprensa, caríssimo sr. Medeiros, são agora inoportunas porque ferem diretamente os interesses da colônia portuguesa aqui domiciliada e os portugueses são agora nossos aliados, dizeis vós. (...) Na política externa sim, são nossos aliados, mas na interna, sempre estiveram em guerra contra nós, guerra comercial contra a nossa bolsa e as nossas riquezas, dando-nos a carestia de vida e tornando-a insuportável; tomando-nos a imprensa, por onde o proletariado brasileiro, de todas as cores e de todos os matizes, poderia lançar as suas justas queixas. Assim também a nossa constituição, as nossas leis são feitas sob os olhos vigilantes dessa colônia. (...) No Brasil os projetos legislativos só se transformam em leis com o beneplácito da imprensa. E a imprensa, que é propriedade deles, sabe muito bem o que deve ou não deve merecer o batismo e a sanção.²⁶⁵

As palavras de Bomilcar falam da predominância portuguesa no comércio e do fato de a aliança na política externa perpetrar-se internamente, porém de forma perniciosa para os brasileiros. A “aliança interna”, neste caso, diz respeito aos privilégios proporcionados pela condição financeira dominante da colônia portuguesa, privilégios segundo Bomilcar advindos do poder desta colônia de influir inclusive na formulação de leis por meio dos jornais, em mãos lusitanas ou de seus descendentes, como afirmou Gilberto Amado em suas memórias e o comprovou Arnaldo Saraiva. Contudo, não é demais ressaltar que no Brasil daquele momento a idéia de nacionalidade ou de nacionalismo, que justifica a ação dos lusófobos, está menos relacionada ao progresso industrial ou ao tipo de

²⁶⁵ BOMILCAR, Álvaro. “Sr. Medeiros e Albuquerque”. *Brasiléia*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 11, pp. 508-12, nov. 1917.

modernidade vivida na Europa do que à busca do Brasil genuíno, daí a negação da herança portuguesa, associada como era ao atraso do país.

Ainda que essa negação ou a imitação tomassem a Europa como modelo, busca-se o nacional e valorizam-se as potencialidades da nação. Assim, todos os movimentos citados, bem como as publicações, tendem a expressar o antilusitanismo fervorosamente, recebendo inclusive o apoio de homens de letras e de elementos do governo. “Os principais autores desse movimento foram Álvaro Bomilcar da Cunha, Jackson de Figueiredo, Miguel Austragésilo, J. de Almeida Magalhães, Tasso da Silveira, José Cândido, Andrade Murici, Alberto Deodato e outros mais”.²⁶⁶ Pode-se incluir na lista de A. da Silva Rego o jornalista Antonio Torres, cuja relação com João do Rio ainda será comentada. Jackson de Figueiredo, membro da *Brasiléia* e da Propaganda Nativista, afirma:

o verdadeiro nacionalismo brasileiro é aquele que, amando a contribuição do trabalho de qualquer estrangeiro, em nossa pátria, quer que esse estrangeiro jamais esqueça que o povo brasileiro é o único que aqui pode ter situação privilegiada, jamais esqueça que é aqui tão estrangeiro quanto nós o somos em sua pátria. E, sobretudo, por especialíssimas razões históricas, impõe aos portugueses aqui domiciliados que também jamais esqueçam que são estrangeiros, tanto quanto o francês, o alemão, o japonês.²⁶⁷

3.8.

A perseguição política: têm início os ataques a João do Rio

Outro canal de expressão do discurso nacionalista lusópho foi a revista *Gil Blás*, fundada em 13/2/1919 por Alcebíades Delamare, seu diretor e redator-chefe. Assinaram também textos Álvaro Bomilcar, Affonso Celso, Raymundo Magalhães, Paula Machado, entre outros articulistas. A revista era a porta-voz da Ação Social Nacionalista e o antilusitanismo latente em seus artigos revelam um tom ainda mais inflamado e radical do que aquele veiculado em *Brasiléia*. Nomeada “panfleto de combate” na edição de inauguração, alterando essa denominação para “panfleto nacionalista” meses depois (a partir da edição de 2/10/1919), mantém os ataques ao monopólio português na imprensa, no comércio e mesmo nas letras e parte para a investida pessoal contra João do Rio,

²⁶⁶ REGO, A. da Silva. *Op. cit.*, p. 73.

²⁶⁷ REGO, A. da Silva. *Op. cit.*, p. 73-74.

considerado pela revista como “grande amigo do querido Portugal”, cujo maior interesse era nos “aproximar ainda mais da esquina do planeta” por ver nesta aproximação, “com seu faro de cavador”, um “filão de ouro”. Está aí expressa a acusação de que a aproximação de Portugal capitaneada por João do Rio seria unicamente movida por interesses financeiros e de autopromoção.

Na edição de 3/04/1919, o texto intitulado “Um abuso que é preciso findar – a nacionalização da imprensa é uma necessidade”, o autor (muitos textos de *Gil Blás* não são assinados) caracteriza a imprensa nacional como uma “escravizada messalina” à espera de um “messias” que a nacionalizasse, livrando-a da “concupiscência dos estrangeiros”. Assinala que todas as nações civilizadas já haviam promulgado leis em prol da nacionalização e até mesmo Portugal assim o fez em decreto de 28/10/1910. Transcreve então o artigo 4º do decreto: “a imprensa terá um editor que deve ser cidadão português no gozo de seus direitos civis e políticos, livre de culpa e habilitado com exame de instrução primária de segundo grau”. Enquanto até mesmo em Portugal se procedia dessa maneira, no Brasil qualquer “arrivista”, “aventureiro” em busca de dinheiro, “atrás dum balcão, seja ele duma tasca ou duma marinoni, é o mesmo salteador do nosso suor ou da nossa honra”.²⁶⁸

Em 31 de julho do mesmo ano, Álvaro Bomilcar, assinando como membro da Propaganda Nativista, publica um artigo intitulado “A imprensa ‘brasileira do Rio de Janeiro’”. Nele, acusa os portugueses de “aproveitando-se das interpretações liberais que temos dado à nossa Constituição” terem comprado prelos, montado jornais, revistas e revistinhas, fazendo-se “senhores e proprietários da imprensa do Rio de Janeiro”. Nos demais estados da República, cuja opinião pública era pautada pela imprensa carioca, Bomilcar afirma que os jornalistas, obedecendo a uma ação previamente combinada, “não sabemos se na Beneficência, ou no Gabinete Português de Leitura”, curvam-se aos interesses da colônia portuguesa sem que o público se apercebesse disso. Segundo ele, não é somente na esfera do jornalismo que essa ditadura se exerce: “na literatura e no preparo da instrução primária, todo o romance ou compêndio que não venha proclamar as glórias dos nossos descobridores e a excelência da sua organização é

²⁶⁸ “Um abuso que é preciso findar – a nacionalização da imprensa é uma necessidade”. *Gil Blás*, ano 1, nº 8, p. 2, 03/04/1919.

livro morto e condenado à poeira dos arquivos pela crítica militante”.²⁶⁹ Afirma Bomilcar:

quanto à hegemonia lusitana na imprensa do Rio, é preciso que todos saibam que jornal que não tenha por meta justificar a ascendência portuguesa e o heroísmo dos nossos colonizadores não se sustenta nesta terra: morre à falta de anunciantes e com a pecha de jacobino. A recíproca pode não ser verdadeira, - por ser grande a concorrência; mas a fisionomia geral é a de subalternidade da nossa imprensa ante as conveniências da laborosa colônia. Basta lembrar que numa questão importantíssima como é essa da projetada Confederação Política entre Portugal e Brasil – assunto relevante que deve interessar profundamente à soberania nacional, a imprensa do Rio se franqueia as suas colunas a quem queira defender esse monstruoso pacto, do ponto de vista português, isto é, a favor da absurda idéia.²⁷⁰

A revista também aponta João do Rio como “um dos chefes do movimento pró-Confederação Luso-Brasileira, contra o qual a alma brasileira protesta energicamente”.²⁷¹ Como comprovaram as crônicas reunidas em *Portugal d’agora*, os interesses intelectuais não enevoavam a visão do repórter e não arrefeciam o patriotismo do homem de letras, um sincero divulgador do Brasil no estrangeiro. Um “diplomata” não oficial, tamanho era o seu amor e o seu entusiasmo por tudo o que dignificasse e elevasse a imagem do país. A Confederação Luso-Brasileira será analisada no próximo capítulo.

As acusações a Paulo Barreto eram também relacionadas à sua ligação com a colônia portuguesa no Rio e com Portugal. Em artigo intitulado “O exemplo do comendador (carta ao dr. Alcibíades Delamare)” Raymundo de Magalhães chama Paulo Barreto de “paladino da recolonização” por ser amigo de Portugal, do qual recebeu o hábito de S. Thiago de Portugal. “João do Rio fez jus à comenda, que lhe pendurou ao pescoço o ex-presidente Canto e Castro pelos seus méritos literários e pelos relevantes serviços prestados a Portugal no Brasil. Resta indagar quais foram os relevantes serviços que prestou a Portugal”. Magalhães refere-se às crônicas reunidas em *Portugal d’agora* e ao livro *Fados, canções e danças de Portugal*. “E nunca, desde então, o esptíssimo cabotino

²⁶⁹ BOMILCAR, Álvaro. “A imprensa ‘brasileira do Rio de Janeiro”. *Gil Blás*, ano 1, nº 25, p. 4, 31/07/1919.

²⁷⁰ *Idem, ibidem*.

²⁷¹ “João do Rio”. *Gil Blás*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 28, p. 9, 21/08/1919.

deixou de elogiar rasgadamente a colônia, todas as vezes que se lhe oferecia oportunidade”.²⁷²

A intenção da revista não era apenas insinuar, ou melhor, declarar abertamente que Paulo Barreto era “vendido” à colônia, para isso tomando como “prova” sua aproximação com Portugal e homens de letras daquele país. Para os integrantes das associações e periódicos nacionalistas aqui citados, a respeitabilidade alcançada por seu trabalho como jornalista, a qualidade e a seriedade de suas reportagens nada significavam quando se tratava de encontrar bodes expiatórios que pagassem pelo ressentimento com a colonização portuguesa e a clara predominância deste povo na economia urbana do Rio de Janeiro.

“O Brasil para os brasileiros!” era não só o lema daqueles que acreditavam na verdadeira nacionalidade pela valorização da originalidade, pelo viés da negação ou da afirmação da Europa como modelo de civilização e modernidade. A frase servia igualmente aos que precisavam justificar, muitas vezes com atos e palavras nada polidos, os ataques contra quem não abria mão do livre pensar. Paulo Barreto não era um jornalista de gabinete. Foi considerado um revolucionário, mesmo por contemporâneos dele, como Gilberto Amado, justamente por deixar a redação e adotar a rua como locus de investigação sobre o *modus vivendis* urbano, as taras e perversões humanas, a mendicância, a miséria, a futilidade previsível e reles da elite carioca. Nada escapava ao seu olhar e à sua pena, mesmo a problematização de temas caros aos editores de *Gil Blás*, como o teatro brasileiro.

A revista publicou a íntegra do projeto sobre a nacionalização do teatro do deputado Maurício de Lacerda. A proposta constava de 12 artigos que, em resumo, estipulavam que o teatro nacional deveria ser criado nos moldes do teatro francês e do português; o governo deveria reverter parte da arrecadação de impostos para esse fim; o teatro nacional deveria funcionar no prédio do teatro S. Pedro; deveria ser nomeado um conselho teatral; o teatro subvencionaria companhias em que 50% do elenco fossem constituídos de artistas brasileiros; artistas portugueses seriam admitidos somente se comprovassem pelo menos três

²⁷² MAGALHÃES, Raymundo de. “O exemplo do comendador (carta ao dr. Alcibíades Delamare)” *Gil Blás*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 42, p. 2, 27/11/1919.

anos de atuação nos palcos do país; a censura ficaria restrita ao julgamento da originalidade das peças e à preservação dos bons costumes.

Antes mesmo de a questão vir à tona nas páginas de *Gil Blás*, João do Rio, em 1910, na *Gazeta de Notícias*, sob o pseudônimo de Simeão, alertava para o fato de a prefeitura do Rio de Janeiro financiar a vinda de uma companhia portuguesa do teatro D. Maria, em Lisboa, para apresentação no Municipal, inaugurado no ano anterior. Diz o texto:

Da Rosa acaba de contratar, segundo telegramas de ontem, a companhia do D. Maria II para representar no Municipal. É a regeneração do teatro nacional. O que parece extraordinário é que o Da Rosa venha de Buenos Aires, arranje por seis meses um teatro magnífico, luz elétrica, pessoal e mais 120 contos da Prefeitura, para regenerar o nosso teatro, o teatro nacional, com uma “trupe” do D. Maria, de Lisboa. Essa companhia, se entretanto fosse um modelo de afinação, ainda assim não poderia servir para a criação de um teatro nosso. Os senhores não acham um excessivo e inútil servilismo que o Brasil, um país com essa pujança intelectual, dê 120 contos semestrais ao Da Rosa, para fazer o nosso teatro nacional não passar de uma turnê de verão do elenco do D. Maria? É impossível que a Prefeitura subvencione um empresário, dando-lhe um teatro, para que ele traga apenas alguns artistas estrangeiros. Isso seria uma regeneração muito bizarra. Não acham?²⁷³

Essa opinião não foi emitida por um desinformado ou desinteressado no assunto. João do Rio, além de autor de inúmeras peças teatrais de sucesso, encenadas tanto no Rio como em Lisboa, era crítico teatral e conhecia a fundo a questão do teatro nacional. Ele criou e dirigiu, por dois anos, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), inaugurada em 20 de outubro de 1917, em defesa dos direitos autorais. “João do Rio foi o presidente do período mais tormentoso da vida da SBAT – o de sua consolidação, até se impor ao respeito dos empresários e dos próprios autores e compositores”, revela seu biógrafo Raimundo de Magalhães Júnior.²⁷⁴ Sendo assim, não parece coerente que os mesmos editores que acusavam Paulo Barreto de lusófilo, que supostamente “denunciavam” suas relações com Portugal e com homens de letras portugueses, ignorassem a relevância dele para o fortalecimento do teatro, dos artistas e autores nacionais.

O mesmo se pode dizer de seu apoio à Confederação Luso-Brasileira, cujas bases foram lançadas em inquérito publicado na *Atlântida*. A referida

²⁷³ Simeão. “A regeneração”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 28/01/1910.

²⁷⁴ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Op. cit.*, p. 305.

proposta suscitou rasgos lusófbos e acaloradas manifestações nas páginas de *Gil Blás*, que intensificou sua campanha nacionalista em prol da nacionalização do comércio e contra a constituição da tal federação entre o Brasil e Portugal. A este tema, à revista *Atlântida* e à aproximação efetiva de João do Rio com os homens de letras portugueses João de Barros e Carlos Malheiro Dias será dedicado o próximo capítulo.